



Tribunal Regional Eleitoral
do Acre

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

BIÊNIO 2015/2017

TRE-AC inicia construção da nova sede e reforma do depósito de urnas

PÁGINAS 24 E 25



Recadastramento biométrico atinge 75% dos eleitores no Acre

PÁGINA 27

Eleições de 2016:
Urnas foram apuradas
em tempo recorde no Acre

PÁGINA 41

Eleições de 2018:
Planejamento é realizado com
mais de um ano de antecedência

PÁGINA 13

NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE



Missão e visão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Valores

1. Justiça: atuar consoante a verdade e a lei;
2. Ética: adotar comportamentos baseados em princípios morais;
3. Transparência: agir com clareza e garantir o acesso às informações;
4. Comprometimento: atuar com dedicação em suas atividades;
5. Presteza: entregar resultados com rapidez;
6. Efetividade: atuar em busca dos melhores resultados;
7. Aprendizagem: desenvolver permanentemente conhecimentos e habilidades;
8. Responsabilidade socioambiental: preparar o cidadão para decidir sobre o destino do país e preservar o planeta para as futuras gerações.

Visão de Futuro

Ser modelo de eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos e na conscientização política da sociedade.

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria-Geral:

Carlos Venícius Ferreira Ribeiro

Secretaria de Administração:

Altamiro Dantas Cruz

Secretaria Judiciária:

Luciana de Arruda Macedo Santos

Secretaria de Tecnologia da Informação:

Rosana Magalhães da Silva

Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria:

Sandro Roberto de Oliveira Bezerra

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão:

Luciane Socorro Ferreira Medeiros

Chefia de Gabinete da Presidência:

Caruline Simão da Silva

Assessoria da Presidência:

Reniele Gomes Moreira

Assessoria de Comunicação Social:

Renata Brasileiro

COMPOSIÇÃO DA CORTE ELEITORAL

CLASSE DE DESEMBARGADOR

Roberto Barros dos Santos	Presidente	2015/2017
Waldirene Oliveira da Cruz – Lima Cordeiro	Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral	2015/2017
Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim	Vice-Presidente	2017/2019
Laudivon de Oliveira Nogueira	Substituto	2015/2017
Júnior Alberto Ribeiro	Substituto	2015/2017

CLASSE DE JUIZ DE DIREITO

Raimundo Nonato da Costa Maia	Titular (Corregedor Regional Eleitoral em 2017)	2015/2017
Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira	Titular	2015/2017
Marcelo Coelho de Carvalho	Titular	2015/2017
Olívia Maria Alves Ribeiro	Substituto	2013/2015
	Titular	2017/2019
Marcelo Badaró Duarte	Titular	2017/2019
	Substituto	2014/2016
Romário Divino Faria	Substituto	2016/2018

CLASSE DE JUIZ FEDERAL

Jair Araújo Facundes	Titular	2013/2015
Náiber Pontes de Almeida	Titular	2013/2015
Guilherme Michelazzo Bueno	Substituto	2015/2016
	Titular (Corregedor Regional Eleitoral em 2017)	2015/2017

CLASSE DE JURISTA

José Teixeira Pinto	Titular	2014/2016
Antônio Araújo da Silva	Substituto	2014/2016
Marcel Chaves Bezerra	Titular	2016/2018
	Substituto	2016/2018

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Ricardo Alexandre Souza Lagos	Titular	2015/2017
Fernando José Piazenski	Substituto	2015/2017

EXPEDIENTE

Edição: Renata Brasileiro | Textos / fotos: Renata Brasileiro e Bleno Caleb de Paula | Diagramação: Danto Freitas | Impressão: J.O. Arruda ME | Colaboração: Maria Arlete Freires de Sousa, Deborah Karen Cavalcante Costa, Marijone Pinheiro de Araújo, Luciane Socorro Ferreira Medeiros, Sandro Roberto de Oliveira Bezerra e Breno Bezerra de Souza.

SUMÁRIO

ESTRATÉGIA

- 10 Encontro discute estratégia da Justiça Eleitoral do Acre
- 12 TRE-AC realiza 2º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral
- 13 TRE-AC realiza encontro de Planejamento das Eleições de 2018
- 14 TRE-AC aprova novo Regimento Interno

TRANSPARÊNCIA

- 15 Presidente do TRE-AC critica mudanças no pacote anticorrupção
- 16 CNJ concede ao TRE-AC selo Justiça em Números
- 17 TRE-AC apoia campanha do MPF contra a Corrupção

GESTÃO DE PESSOAS

- 18 Desembargador Roberto Barros é aclamado presidente do TRE-AC
- 19 TRE-AC homenageia ministro Ricardo Lewandowski
- 20 Membros do TRE-AC recebem medalha do Mérito da Justiça Eleitoral
- 21 Desembargadora Cezarinete toma posse no cargo de vice-presidente
- 22 Juízes são empossados para compor a Corte do TRE-AC

ATENDIMENTO AO ELEITOR

- 23 TRE-AC oferece serviços eleitorais na Vila do Incra

INFRAESTRUTURA

- 24 TRE-AC inicia construção da nova sede e reforma do depósito de urnas

BIOMETRIA

- 26 Biometria atinge mais de 70% dos eleitores de Porto Acre e Xapuri
- 27 Recadastramento biométrico atinge 75% dos eleitores no Acre
- 28 Eleitores de Senador Guiomard foram recadastrados em 2016

REDISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO

- 29 TRE-AC distribui eleitores de Rio Branco em novas seções

RELATÓRIOS DAS UNIDADES

- 60 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
- 63 CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
- 67 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

REZONEAMENTO

- 30 Presidente esclarece mudanças ocorridas após rezoneamento

ELEIÇÕES 2016

- 31 Acre recebeu mais de 2.350 registros de candidaturas
- 32 Novos prazos previstos em calendário eleitoral foram apresentados à imprensa
- 34 TRE-AC analisa 100% dos registros de candidaturas dentro do prazo
- 35 TRE solicitou apoio da Força Federal para as Eleições
- 36 Força Aérea Brasileira reforça logística nas Eleições no Acre
- 38 TRE e MPE reuniram instituições para discutir a segurança das eleições
- 40 TRE-AC finaliza preparativos para o dia da votação
- 41 Urnas foram apuradas em tempo recorde no Acre
- 42 Auditoria de urnas eletrônicas é transmitida pelo Facebook
- 43 Diplomação dos eleitos da capital marca o fim do processo eleitoral
- 44 TRE-AC é avaliado positivamente em pesquisa de opinião pública

TECNOLOGIA

- 45 TRE-AC e TRE-TO desenvolvem aplicativo “Boletim na Mão”
- 46 Ferramenta virtual ajuda a reduzir quase 50% do uso de papel
- 47 TRE-AC adotará Processo Judicial Eletrônico (PJE) a partir de agosto
- 48 TRE-AC desenvolve site para backup de informações institucionais

TREINAMENTO

- 49 Atendentes foram treinados para o recadastramento de eleitores
- 50 TRE-AC treinou mais de 7 mil mesários convocados
- 51 Curso de Direito Eleitoral reúne mais de 60 Jornalistas
- 52 TRE realiza treinamento para votação paralela
- 53 Seminário de Direito Eleitoral é concluído em Rio Branco
- 54 “Excelência no Atendimento ao Cidadão” é tema de curso
- 55 Presidente do TRE ministra palestra sobre condutas vedadas
- 56 Palestras da EJE promovem conscientização política em escolas
- 57 Servidores participam de Workshop sobre Gestão de Riscos

PARCERIA

- 58 TRE-AC firma parcerias com instituições de ensino do Estado

Palavra do Presidente

A instituição é muito maior que qualquer agente público, seja autoridade, seja servidor, sejam os parceiros (órgãos, entidades, pessoas), os quais se unem a nós com o objetivo único de bem servir ao cidadão, que é a finalidade mais emblemática da Justiça Eleitoral.

Foi com esse espírito que se iniciou e se encerra a gestão que subscrevo juntamente com todas aqueles que lutam por um Tribunal mais próximo da sociedade, e de seus anseios.

Assim, o signatário, ao chegar, encontrou o Tribunal Eleitoral do Acre iniciando um novo ciclo dentro de um contexto nacional de grave crise econômica, de significativa redução orçamentária.

Mas isso nos trouxe a possibilidade de otimizar nossa atuação, de sermos mais eficientes, mais efetivos.

Foi dessa forma, que, conforme se verá adiante, realizamos, com sucesso, as Eleições Municipais de 2016. Também realizamos trabalhos de revisão biométrica de vários Municípios do Estado. Vivemos, ainda, o momento em que, finalmente - e após tantos obstáculos enfrentados -, a obra da nova Sede do Tribunal começa a, literalmente, sair do chão. Da mesma forma, e após longo e importante trabalho de pesquisa e discussões, aprovamos o novo Regimento Interno, que agora, além de moderno, a considerar os vários assuntos tratados segundo o direito atual, está completamente adaptado ao novo Código de Processo Civil.

Mas há mais. Destaco, nessa linha, uma série de outras ações merecedoras de registro: a) constituição do Comitê de Gestão Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição; b) aprovação de vários atos normativos implementando o sistema de Governança e Gestão no Tribunal; c) implementação do sistema de back-up (segurança) dos dados eletrônicos produzidos pelo Tribunal; d) implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJE; e) implementação da versão 3.0 do Sistema Eletrônico de Informação – SEI; f) aprovação da política de Segurança da Informação; g) aprovação do Planejamento Estratégico para o ciclo 2015/2020; h) alcance de 75% do eleitorado acreano com biometria.

Enfim, são várias as realizações no período, e são tantas outras em andamento

Como se vê, muito foi feito.

A presente gestão se encerra, portanto, com a perspectiva, que certamente se confirmará, de que o Tribunal caminha a passos firmes para novas e marcantes realizações no futuro que se aproxima.


Desembargador Roberto Barros dos Santos
presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC)
Biênio 2015/2017



ESTRATÉGIA



Aperfeiçoamento da gestão de custos; melhoria da infraestrutura e da governança de TI foram alguns dos temas discutidos

Encontro discute estratégia da Justiça Eleitoral do Acre



Desembargador Roberto Barros palestrou sobre celeridade e produtividade

“ Estiveram todos reunidos em um evento que teve a intenção de conectar toda a organização nas ações do TRE

Desembargador Roberto Barros
Presidente do TRE-AC

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) realizou no dia 11 de setembro de 2015 a primeira edição do Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral do Acre. O evento ocorreu no auditório da OAB, com a presença dos membros da Corte, juízes eleitorais e servidores lotados na capital e interior do Estado.

O objetivo do evento é promover o envolvimento de todos os atores da Justiça Eleitoral do Acre na consecução da Estratégia 2015-2020. “Estiveram todos reunidos em um evento que teve a intenção de conectar toda a organização nas ações do TRE”, enfatizou o presidente do Tribunal, desembargador Roberto Barros.

A programação incluiu o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, com ênfase no aperfeiçoamento da gestão de custos; na

melhoria da infraestrutura e da governança de TI e na melhoria de Gestão de Pessoas. Em seguida, o evento abordou o tema “Combate a Corrupção e a Improbidade Administrativa”, ministrado pelo juiz membro da Corte e diretor da Escola Judiciária Eleitoral, Cloves Augusto Ferreira.

PRODUTIVIDADE

A vice-presidente e corregedora do TRE, desembargadora Walidere Cordeiro, falou sobre a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e fortalecimento da segurança do processo eleitoral. O presidente do TRE, desembargador Roberto Barros, abordou o tema “Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Instituição da Governança Judiciária”.

Regras eleitorais são debatidas na 1ª Semana da Justiça Eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) realizou nos dias 13, 14 e 15 de junho de 2016 a 1ª Semana da Justiça Eleitoral, com o objetivo de alinhar estratégias relacionadas às Eleições de 2016.

O evento foi aberto à comunidade com a palestra do professor Alexandre Basílio, intitulada “Propaganda Eleitoral com ênfase na internet”, no auditório do Ministério Público Federal, próximo à OAB, com a presença de juízes eleitorais, promotores eleitorais e servidores.

No dia 14 de junho, o evento seguiu com reuniões administrativas, envolvendo membros da Corte Eleitoral, juízes eleitorais e servidores dos cartórios, na sala de treinamento da Escola do Poder Judiciário, no

anexo 1 do Tribunal de Justiça. No terceiro e último dia de evento, 15 de junho, ocorreu a reunião de logística com os servidores dos cartórios, no Fórum Eleitoral de Rio Branco.

Fretamento de aeronave, lei seca, apoio logístico voluntário, sistemas eleitorais, treinamento de mesário e crimes eleitorais foram alguns dos temas tratados ao longo dos três dias.

Para o diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), juiz Cloves Ferreira, o encontro foi salutar para que as instituições apontem o entendimento para o candidato e para o eleitor. “A previsibilidade e clareza podem evitar práticas proibidas por erro de interpretação do partido ou candidato”, enfatizou.

“ A previsibilidade e clareza podem evitar práticas proibidas por erro de interpretação do partido ou candidato

Juiz Cloves Ferreira - Diretor da EJE

TRE-AC realiza 2º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral

Promover o envolvimento de todos os colaboradores da Justiça Eleitoral Acreana para a compreensão e execução eficiente das iniciativas estratégicas estabelecidas para 2015/2020. Esse foi o objetivo da segunda edição do Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral do Acre, realizado no dia 1 de dezembro de 2016, no auditório da OAB.

O encontro, que contou com a presença de servidores e magis-

trados, tratou dos resultados das iniciativas estratégicas do biênio 2015/2016 e apresentou as diretrizes para o próximo exercício.

Durante a abertura do evento, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros, disse que o momento é de avaliação, mas também de conagraçamento. “É uma oportunidade que temos de reunir todos os servidores da Justiça Eleitoral

para comemorarmos os bons resultados das Eleições de 2016”, enfatizou.

A primeira apresentação, feita pelo diretor da Escola Judiciária Eleitoral e juiz membro da Corte, Cloves Augusto Ferreira, foi sobre os resultados dos projetos de conscientização política realizados em todo o Estado. Segundo ele, a meta da Escola era atender 1.500 estudantes ao longo de 2016, uma meta considerada ousada, mas que foi superada.



Desembargador Roberto Barros disse que o momento é de avaliação, mas também de conagraçamento

SATISFAÇÃO DO ELEITOR

“Nós temos uma missão que vai além da realização das eleições, que é promover a conscientização política. Assim, preparamos jovens eleitores para elegerem pessoas que realmente tenham compromisso com a sua comunidade”, destacou.

O servidor da Assessoria de Planejamento, José Galvão, apresentou o resultado da pesquisa de opinião

pública, realizada pela empresa Qualitest, que apontou um índice de mais de 68% satisfação do eleitor acreano em relação aos serviços prestados pelo TRE no dia da votação.

Outros temas foram abordados durante o encontro: gestão orçamentária e financeira; gestão de pessoas; infraestrutura e governança de TI; celeridade e produtividade na prestação jurisdicional no âmbito do 2º grau;

resultado do Justiça em Números e recadastramento biométrico.

O reitor da Universidade Federal do Acre (UFAC), Minoru Kinpara, foi convidado pelo presidente do Tribunal para ministrar palestra sobre boas práticas na administração pública. Ele parabenizou o trabalho realizado pelo TRE e disse que o planejamento realizado por uma boa equipe é o que faz a diferença em um projeto.

TRE-AC realiza encontro de Planejamento das Eleições de 2018

A Justiça Eleitoral é responsável por organizar e executar o maior evento da democracia brasileira: as eleições. Para tanto, é preciso planejar cada detalhe desse processo. Pensando nisso, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) realizou entre os dias 8 e 10 de maio de 2017 o encontro de Planejamento das Eleições de 2018, no Amazônia Rio Empreendimentos (antigo Comfort Hotel), localizado na Via Verde.

Durante três dias, cerca de 70 servidores eleitorais responsáveis pelas ações do pleito de 2018 se reúnem para compartilhar experiências e definir estratégias de trabalho. Ao todo foram formados dez grupos temáti-

cos para discutir os seguintes temas: Manutenção do Cadastro Eleitoral, Prestação de Contas, Reuniões Internas e Externas, Disque-Eleições, Suporte Técnico, Mesários, Votação Paralela, Candidaturas, Transporte e Comunicação Institucional.

BOAS PRÁTICAS

O presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros, oficializou a abertura do encontro e falou sobre a importância de adotar boas práticas nas Eleições. Como resultado do trabalho desempenhado pelo TRE-AC em pleitos anteriores, ele citou o desafio de logística no cadastro bio-

métrico dos eleitores acreanos.

“Em 2016, o Acre tinha seis municípios com biometria. A partir de 2018, vamos dar um salto para 12 municípios cadastrados”. O presidente falou ainda sobre a importância de conhecer e valorizar o trabalho da Justiça Eleitoral, priorizando a troca de experiência entre cada setor.

Karla Abdala, coordenadora de Planejamento do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, palestrou sobre a colaboração e compartilhamento de ideias e experiências entre os TRE's. “É possível adaptar as melhores ideias de cada TRE para otimizar o trabalho durante as eleições”, disse.



Cerca de 70 servidores participaram da elaboração de 10 projetos para as Eleições de 2018

ESTRATÉGIA

TRE-AC aprova novo Regimento Interno



Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Acre aprovou por unanimidade o novo Regimento Interno

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) aprovou por unanimidade o novo Regimento Interno, em conformidade com as alterações realizadas no Código do Processo Civil (Lei n. 13.105/2015). A aprovação ocorreu no dia 16 de junho, em sessão realizada no plenário do Tribunal, com a presença de todos os membros da Corte.

O documento teve como relator o presidente do órgão, desembargador Roberto Barros. Segundo ele, a discussão sobre a necessidade de atualizar o regimento surgiu em março de 2016, quando iniciou-se um estudo para adaptá-lo ao novo

código em vigor. No entanto, dada a quantidade de alterações importantes a serem feitas no documento original, optou-se por elaborar um novo Regimento Interno.

“A elaboração do novo regimento foi importante para harmonizá-lo com o novo código. Além disso, o nosso regimento agora passa a atender o Processo Judicial Eletrônico, que será instalado neste Tribunal a partir de agosto”, ressaltou o magistrado.

ESTUDOS

Para elaborar o novo regimento do TRE-AC foram realizados estu-

dos comparativos em regimentos de outros Tribunais Regionais Eleitorais, em especial daqueles que foram atualizados ou aprovados após a entrada em vigor do novo CPC.

Também serviram de referência para a elaboração da proposta a Constituição Federal, o Código Eleitoral, o Código de Processo Penal, a Lei das Eleições (Lei n. 9.504/1997), a Lei dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096/1995), a Lei de Inelegibilidades (lei Complementar n. 64/1990), resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça, Regimentos Internos de Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça, várias leis federais e artigos doutrinários.

TRANSPARÊNCIA

Presidente do TRE-AC critica mudanças no pacote anticorrupção

Os deputados federais aprovaram na madrugada do dia 30 de novembro de 2016 um texto que derruba o projeto das Dez Medidas Contra a Corrupção, apresentado pelo Ministério Público Federal. Após sofrer algumas alterações na comissão especial que debatia o tema, inclusive com a adição de alguns pontos propostos pelo relator Onyx Lorenzoni (DEM-RS), o plenário da Câmara eliminou medidas importantes do projeto.

Entre os principais pontos do projeto do MPF que foram abolidos estão propostas para evitar a impunidade de políticos e empresários, como a tipificação do crime de enriquecimento ilícito e mudanças na lei de prescrição e penas. O confisco de bens obtidos de forma ilegal, sugerido pelos procuradores, também foi derrubado pelo plenário.

Além disso, uma medida foi su-

gerida pelo PDT, que prevê sanção penal para procuradores, promotores e juízes em casos de abuso de autoridade. Eles estariam sujeitos a uma pena prevista de seis meses a dois anos de prisão e pagamento de multa.

Sobre as medidas, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros, declarou que espera que o texto sugerido pela Câmara não seja aprovado pelo Senado.

“Já existem leis que responsabilizam membros do Ministério e magistrados por eventuais excessos, tanto na esfera administrativa quanto na esfera penal. Essas emendas que foram aprovadas pela Câmara dos Deputados, além de modificar sensivelmente o projeto de combate à corrupção proposto pelo MPF, inibe o trabalho dos promotores e juízes”, destacou.

IMPACTO NA JUSTIÇA ELEITORAL

Ainda de acordo com o presidente, as medidas afetam diretamente a atuação da Justiça Eleitoral. “Há a possibilidade de punir juízes por julgarem processo com motivação política. Ora, o que a Justiça Eleitoral faz é justamente julgar esse tipo de processo, como o de prestação de contas de partidos e de registro de candidaturas.

Nós, do Judiciário, vamos continuar julgando questões relacionadas a eleições e esperamos ter independência para isso”, enfatizou.

Por fim, o magistrado disse que se o projeto proposto pela Câmara for aprovado o país terá como grave consequência o enfraquecimento do combate à corrupção e do Poder Judiciário.



“Há a possibilidade de punir juízes por julgarem processo com motivação política. Ora, o que a Justiça Eleitoral faz é justamente julgar esse tipo de processo, como o de prestação de contas de partidos e de registro de candidaturas.”

Desembargador Roberto Barros
Presidente do TRE-AC

TRANSPARÊNCIA

CNJ concede ao TRE-AC selo Justiça em Números

Durante a realização da décima edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre o selo Justiça em Números, na categoria Bronze, em relação ao ano-base de 2015. O encontro foi realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2015.

A premiação reconhece os Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais e no cumprimento de normas de transparência. Os tribunais receberam premiação distribuída nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. Oitenta concorreram ao prêmio.

Em matéria publicada no site do CNJ, o presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, Bruno Ronchetti, afirmou que, nesse exercício, houve inovações quanto aos requisitos para concorrer à premiação do Selo, tais como política de priorização do 1º grau de jurisdição, respon-

sabilidade socioambiental, atenção à saúde dos magistrados e dos servidores do judiciário, além de mecanismos de gestão participativa para formulação das metas nacionais, como consultas públicas e audiências públicas.

A diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ (DPJ), Maria Teresa Sadek, responsável pela elaboração e publicação do Relatório Justiça em Números, afirmou durante a cerimônia de premiação que esse selo garante a gestão

da informação, dado fundamental para fazer um diagnóstico cada vez mais preciso e transparente.

O Encontro Nacional do Poder Judiciário reúne anualmente presidentes e corregedores dos tribunais e Conselhos de Justiça, além de membros da área de governança e gestão estratégica do Poder Judiciário. O objetivo do encontro é apresentar o desempenho dos Tribunais no cumprimento das metas, aprovar as metas nacionais e específicas e divulgar os Tribunais que conquistaram o selo Justiça em Números.



TRANSPARÊNCIA

TRE-AC apoia campanha do MPF contra a Corrupção

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros, recebeu no dia 28 de agosto de 2015, em seu gabinete, os procuradores da República Luiz Gustavo Mantovani, Ricardo Lagos e Thiago Corrêa, além do procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, Cosmo de Souza, momento em que manifestou apoio à Campanha “Dez Medidas contra a Corrupção”.

A campanha é de iniciativa do MPF e teve o objetivo de coletar 1,5 milhão de assinaturas de eleitores para apoiar a apresentação de

Projeto de Lei de Iniciativa Popular ao Congresso Nacional. Para apresentar um projeto dessa natureza é necessário colher assinaturas de 1% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco estados, sendo que nenhum deles pode ter percentual de apoiadores abaixo de 0,3%.

DEZ MEDIDAS

As dez medidas dizem respeito à prevenção da corrupção, ao aumento da punição para os crimes dessa natureza e também à celeridade do

processo, com a eliminação de recursos que servem apenas para proter a condenação dos réus e levar à prescrição dos crimes.

O TRE participou da campanha colhendo assinaturas dos eleitores na Secretaria do órgão e nos Cartórios Eleitorais do Estado. Para oficializar o apoio, o presidente assinou a Carta de Apoio contra a Corrupção, documento que declara ser firmemente contra as “práticas corruptas e as nefastas consequências que a corrupção gera sobre a sociedade, inclusive em seus serviços essenciais como educação, saúde e segurança”.



Campanha teve o objetivo de coletar 1,5 milhão de assinaturas de eleitores

GESTÃO DE PESSOAS



Desembargador Roberto Barros é aclamado presidente do TRE-AC

Desembargador Roberto Barros é aclamado presidente do TRE-AC

O desembargador Roberto Barros foi aclamado pela Corte Eleitoral para exercer a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) no biênio 2015/2017. A Escolha do magistrado ocorreu em sessão solene no plenário do órgão na tarde do dia 30 de julho, logo após a sua posse como membro efetivo na classe de desembargador.

A sessão solene foi presidida pela desembargadora Waldirene Cordeiro, vice-presidente e Corregedora do TRE, e contou com a presença de autoridades do Estado.

O magistrado já atuou no TRE-AC de 2011 a 2013, quando exerceu o cargo de vice-presidente e corregedor. Em seu discurso, disse

que retorna à Corte com o mesmo entusiasmo e disposição para trabalhar em prol da sociedade e da Justiça Eleitoral.

“O desafio administrativo agora é maior, devido a confiança depositada pelos meus pares ao eleger-me presidente deste Tribunal”, destacou.

CONTINUIDADE

Na presença dos convidados, o empossado garantiu a valorização de todos os seus antecessores, no sentido de dar continuidade às ações administrativas em curso.

Em nome da Corte, o juiz membro Nonato Costa fez um discurso de boas vindas ao novo

presidente. Ele destacou que a principal missão de um membro no cargo da presidência é a de garantir ao eleitor a livre manifestação da vontade por meio do voto, sem interferência do poder político ou econômico.

“Nós, membros do TRE, temos a absoluta convicção de que vossa excelência assume o comando deste Regional com o inabalável propósito de garantir a cada eleitor o sagrado direito da escolha livre e consciente”, concluiu o juiz.

Após o encerramento da sessão solene, o presidente recebeu os cumprimentos dos convidados durante um coquetel servido no hall do Tribunal.

GESTÃO DE PESSOAS

TRE-AC homenageia ministro Ricardo Lewandowski

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre realizou sessão solene de outorga da Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Estado do Acre ao presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski.

A sessão foi realizada no plenário do Tribunal de Justiça no dia 14 de setembro de 2015, onde o ministro cumpriu agenda institucional. O evento foi prestigiado por diversas autoridades do Estado, entre elas o governador Tião Viana.

De acordo com o presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros, a homenagem é concedida pelo Tribunal a todas as pessoas que cooperam com a Justiça Eleitoral. O ministro Ricardo Lewandowski presidiu a Corte do Tribunal Superior Eleitoral de 2010 a 2012, e, naquele

período, realizou atos que foram importantes para o TRE acreano.

“Refiro-me ao envio de equipe técnica para vistoria da antiga sede do Tribunal, a decisão de construir uma nova sede, a alocação de recursos financeiros para elaboração dos projetos desta nova sede, cujo investimento é da ordem de aproximadamente R\$ 40 milhões de reais”, destacou o presidente.

O ministro agradeceu a honraria e parabenizou os juízes eleitorais do Acre por conduzirem de forma responsável os trabalhos dessa justiça especializada. “O direito do cidadão à participação política, de votar e ser votado, é uma grande conquista mantida pela Justiça Eleitoral. Sem a atuação da Justiça Eleitoral dificilmente a democracia sobreviveria”, enfatizou o magistrado.

“O direito do cidadão à participação política, de votar e ser votado, é uma grande conquista mantida pela Justiça Eleitoral. Sem a atuação da Justiça Eleitoral dificilmente a democracia sobreviveria”

Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do STF



Ministro foi homenageado pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral

GESTÃO DE PESSOAS



Homenagem foi feita em sessão solene no plenário do Tribunal

Membros do TRE-AC recebem medalha do Mérito da Justiça Eleitoral

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros, entregou medalha do Mérito da Justiça Eleitoral aos membros da Corte Eleitoral, desembargadora Waldirene Cordeiro e juiz Cloves Augusto Ferreira, pelo encerramento de seus biênios.

A homenagem foi feita em sessão solene no dia 1º de fevereiro de 2017, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral pelos magistrados. “Os dois colegas deixam um legado muito importante neste Tribunal, pelo modo de trabalhar somando, sempre com grande respeito aos pares e servidores. São magistrados que foram além de suas atividades e demonstraram grande comprometimento com a causa assu-

mida”, destacou o presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros.

A desembargadora Waldirene Cordeiro, além de compor a Corte Eleitoral, exerce o cargo de vice-presidente, corregedora regional eleitoral e ouvidora do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) desde 2015.

O juiz Cloves Augusto Ferreira também compôs a Corte desde 2015 e exerceu o cargo de diretor da Escola Judiciária Eleitoral, no mesmo período.

MISSÃO

Responsável pela saudação aos membros, em nome dos demais pares, o juiz Antônio Araújo ressaltou que participação dos dois

membros na Corte Eleitoral foi fundamental para o engrandecimento da Justiça Eleitoral.

“O momento é de agradecimento a todos que me auxiliarem nessa missão de distribuir justiça, através do trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral. Espero ter contribuído efetivamente com a missão deste Tribunal”, destacou a desembargadora Waldirene Cordeiro.

Endossando as palavras da magistrada, o juiz Cloves Augusto disse se orgulha de ter feito parte da Corte Eleitoral do Acre e que sai do Tribunal ciente de que cumpriu uma missão e não apenas um tempo de serviço. “Sou muito grato pelo aprendizado, experiência e funções que pude desempenhar aqui no TRE”, finalizou.

GESTÃO DE PESSOAS

Desembargadora Cezarinete toma posse no cargo de vice-presidente



Magistrada tomou posse como membro efetivo para o biênio 2017/2019

Em sessão solene ocorrida no dia 7 de fevereiro de 2017, a desembargadora Cezarinete Angelim tomou posse como membro efetivo e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC).

A magistrada assumiu o cargo deixado pela desembargadora Waldirene Cordeiro, que encerrou o seu biênio na vice-presidência e corregedoria regional eleitoral no dia 3 de fevereiro de 2017.

“Ascendo à classe de membro efetivo deste Tribunal cumprindo a linha de trabalho que me impus quando entrei na magistratura. Nesse tempo, percorri todos os degraus

de forma incansável, buscando, com meu labor e meu conhecimento, colaborar com a Justiça”, destacou a magistrada.

O presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros, desejou boas-vindas à vice-presidente em nome da Corte Eleitoral e disse que a expectativa com a chegada da magistrada é de manter a excelência nos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Acre.

TRAJETÓRIA

A desembargadora Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim

é natural de Rio Branco (AC). Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Acre, na turma de 1978, e ingressou na Magistratura Acreana em 18 de março de 1988.

Em 1990, foi promovida à Juíza de Direito Titular da Comarca de Cruzeiro do Sul. Na mesma época, de 9 de fevereiro de 1989 a 3 de março de 1991, também exerceu a função de Juíza Eleitoral da 4ª Zona Eleitoral (Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter). Posteriormente, entre 5 de maio de 1994 e 27 de fevereiro de 1996, exerceu a função de Juíza Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral do Estado (Rio Branco).

GESTÃO DE PESSOAS

Juízes são empossados para compor a Corte do TRE-AC

Os juízes Marcelo Badaró Duarte e Olívia Maria Alves Ribeiro tomaram posse no cargo de membro titular da classe de Juiz de Direito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), em sessão solene realizada no dia 14 de junho.

Eles foram empossados pelo presidente do Tribunal, desembargador Roberto Barros para comporem a

Corte Eleitoral do Acre durante o biênio 2017/2019.

Ambos empossados já atuaram na Justiça Eleitoral do Acre como juiz eleitoral e também como membro substituto da Corte e, portanto, “chegam com preparação para o cargo que irão exercer”, segundo o juiz membro da Corte, Antônio Araújo, responsável por saudar os novos

membros em nome da Corte.

Em breves palavras, o presidente do TRE, desembargador Roberto Barros, destacou que os magistrados encontrarão grandes desafios pela frente, e mencionou as Eleições de 2018 como o principal. “Desejo que tenham um biênio produtivo e que todos os desafios sejam atravessados com êxito”, finalizou.



Juízes Olívia Ribeiro e Marcelo Badaró tomaram posse para compor a Corte Eleitoral durante o biênio 2017/2019

ATENDIMENTO AO ELEITOR

TRE-AC oferece serviços eleitorais na Vila do Incra

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) esteve presente no Projeto Cidadão realizado na Vila do Incra, na estrada de Porto Acre, nesta sexta-feira, 2, com serviços de alistamento eleitoral, transferência, emissão de certidões, segunda via e regularização de título de eleitor.

O atendimento foi realizado em uma sala de aula da Escola Edmundo Pinto, de 8h às 17 horas, com a utilização de três kits biométricos, cuja capacidade é de 120 atendimentos, em média, ao longo do dia.

O projeto cidadão é um trabalho social realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre em parce-

ria com órgãos federais, estaduais, municipais e não governamentais. O objetivo é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos de saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.

PROJETO CIDADÃO

A ação é realizada sempre em regiões afastadas dos centros urbanos, como vilas, comunidades ribeirinhas e indígenas, margens de estradas, ramais e seringais, assegurando às fa-

mílias residentes nessas localidades a obtenção de documentação básica.

É o caso de Kely Pimentel Andrade, 19, moradora do Seringal Lua Nova, zona rural de Porto Acre. Para chegar à Vila do Incra, ela teve que viajar de barco por 8 horas até a área urbana de Porto Acre, onde seguiu de carro para buscar os serviços oferecidos pelo Projeto Cidadão, entre eles a emissão de título.

“Eu não tinha título de eleitor. Quando soube do projeto aproveitei para tirar meu título e outros documentos que estão faltando”, afirmou a jovem, que chegou cedo à escola e foi a primeira eleitora atendida pelo TRE.

“ Eu não tinha título de eleitor. Quando soube do projeto aproveitei para tirar meu título e outros documentos que estão faltando

Kely Pimentel Andrade
Eleitora



Kely aproveitou o Projeto Cidadão para solicitar emissão do primeiro título

INFRAESTRUTURA

TRE-AC inicia construção da nova sede e reforma do depósito de urnas



Ordem de serviço que autoriza início das obras foi assinada em maio

Os últimos dois anos foram de expansão para o TRE-AC, com a realização de obras, reformas e ampliações. Entre elas está a continuidade da construção da nova sede, iniciada na gestão passada. Em virtude de rescisão contratual com a empresa anterior, a obra foi contratada novamente com a Porto Belo Engenharia Comercio Ltda, passando por nova análise dos órgãos de

controle. A obra está orçada em R\$ 41.325.509,11.

O reinício das obras ocorreu no dia 17 de maio de 2017. Cerca de 30 homens atuam na construção da sede, que deverá ser entregue no prazo de 36 meses. De acordo com o projeto, o imóvel terá cinco pavimentos, subsolo, plenário com capacidade para 300 pessoas, salão nobre, museu, restaurante e biblioteca para pesquisas externas. A área a ser cons-

truída terá aproximadamente 10 mil metros quadrados.

Para o presidente do Tribunal, desembargador Roberto Barros, as obras são fundamentais para a melhoria das prestações de serviços do Tribunal e também para a melhoria de condições de trabalho dos servidores. “Nossa equipe acompanhará tudo de perto para que o cronograma seja cumprido e as obras sejam entregues dentro do prazo previsto”, ressaltou.



DEPÓSITO DE URNAS

Nesses projetos de expansão, cabe destacar o início da reforma e ampliação do depósito de urnas. Os projetos estão sendo analisados por técnicos da Prefeitura Municipal de Rio Branco para licenciamento da obra. Após essa etapa, será emitida a ordem de

serviço. A reforma/ampliação foi contratada no valor de R\$ 1.189.510,81, pela Elite Engenharia Ltda.

Além de abrigar as urnas, o depósito da capital vai sediar parte das unidades da Secretaria do TRE-AC. Confira alguns dados dessa obra:

ÁREAS DA EDIFICAÇÃO

Área reformada	1.133,04m ²
Área ampliada	588,96m ²
Área externa coberta	248,55m ²
ÁREA TOTAL DO IMÓVEL	1.970,85m²

FÓRUM ELEITORAL DE RIO BRANCO

O Fórum Eleitoral de Rio Branco também passará por reformas. Os projetos estão sendo analisados por técnicos da Prefeitura Municipal de Rio Branco para licenciamento da obra. Em paralelo, estão sendo preparadas as peças respectivas para licitação. O objetivo dessa reforma é fazer reparos e melhorias nos espa-

ços que abrigam a 1ª, 9ª e 10ª Zonas Eleitorais. As novas instalações irão proporcionar o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria na prestação dos serviços da Justiça Eleitoral. A reforma será realizada em duas etapas por questões orçamentárias. O custo da primeira será de aproximadamente R\$ 600.000,00. A se-

gunda foi incluída na PO 2018, com o valor de R\$ 795.610,95. Confira alguns dados dessa obra:

ÁREAS DA EDIFICAÇÃO

Área reformada	695,67m ²
Área ampliada	20,12m ²
ÁREA TOTAL DO IMÓVEL	715,79m²

BIOMETRIA

Biometria atinge mais de 70% dos eleitores de Porto Acre e Xapuri

Encerrou no dia 7 de dezembro o prazo para eleitores de Porto Acre e Xapuri procurarem os postos de atendimento eleitoral para participarem do recadastramento biométrico obrigatório. A meta inicial do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) era a de recadastrar 80% do eleitorado de cada município, mas atingiu 76,6% em Porto Acre (8.651 eleitores) e 71,92% em Xapuri (7.937 eleitores), durante dois meses de atendimento.

“Em Xapuri o recadastramento biométrico ocorreu com celeridade e muita eficiência pelos servidores que foram treinados previamente pelo TRE”, avaliou o juiz da 2ª Zona Eleitoral, Luís Gustavo Alcalde.

O juiz da 9ª Eleitoral, Luiz

Camolez, que responde interinamente pela 10ª Zona, destacou que o atendimento dos eleitores ao chamado da Justiça Eleitoral foi muito importante para que Porto Acre conseguisse concluir a revisão com 76,6%.

“Parablenizo a todos os eleitores que entenderam os objetivos e atenderam ao nosso chamado, ganhando com essa medida a democracia, pois, a biometria garante ao eleitor o voto seguro e inviolável”, enfatizou.

Após a homologação do procedimento, os títulos daqueles eleitores que não compareceram dentro do prazo são cancelados. É possível, no entanto, que os eleitores pendentes regularizem sua situação junto aos cartórios eleitorais.

“ Em Xapuri o recadastramento biométrico ocorreu com celeridade e muita eficiência pelos servidores que foram treinados previamente pelo TRE

Juiz Luís Gustavo Alcalde
2ª Zona Eleitoral



Eleitores recadastrados recebem título novo na hora

BIOMETRIA



Recadastramento biométrico atinge 75% dos eleitores no Acre

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) planejou o recadastramento biométrico de eleitores de seis municípios acreanos ao longo de 2017. Eleitores de Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro, Brasiléia e Epitaciolândia passaram pelo recadastramento obrigatório, a partir do mês de março.

Cruzeiro do Sul, que possui o segundo maior colégio eleitoral do Estado, foi o primeiro município a passar pela biometria. O atendimento teve início no dia 6 de março de 2017, no Cartório Eleitoral, localizado na Avenida 25 de Agosto, nº 4661, bairro Aeroporto Velho, em Cruzeiro do Sul. São 41 mil eleitores naquele município a serem recadastrados até setembro.

Na sequência, vieram os municípios de Brasiléia, Epitaciolândia, Acrelândia, Capixaba e Plácido de Castro.

A meta desse projeto é cadastrar os

83 mil eleitores que ainda não fizeram o recadastramento biométrico nesses municípios, que desde 2015 passaram a atender com coleta de biometria.

Seis outros municípios do Acre já realizaram o processo de recadastramento, mediante a convocação obrigatória. São eles os municípios de Assis Brasil, Bujari, Senador Guiomard, Porto Acre, Xapuri e Rio Branco. Atualmente, o Acre possui

532.533 eleitores, e 75% desse total já tiveram dados biométricos coletados pela Justiça Eleitoral.

O cronograma de ação faz parte do Programa de Identificação Biométrica, elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O programa estipula metas e diretrizes para a revisão do eleitorado e atendimento ordinário do cidadão para coleta biométrica no ciclo de 2017 e 2018.

CONFIRA O CRONOGRAMA COMPLETO DE REVISÃO DOS ELEITORES PARA 2017:

ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	ELEITORES	INÍCIO DA REVISÃO	FIM DA REVISÃO
4ª	Cruzeiro do Sul	41.274	01/agosto	31/setembro
6ª	Brasiléia	10.422	01/agosto	31/setembro
6ª	Epitaciolândia	9.439	01/agosto	31/setembro
8ª	Acrelândia	6.148	02/maio	30/junho
8ª	Plácido de Castro	10.992	04/setembro	31/setembro

BIOMETRIA

Eleitores de Senador Guiomard foram recadastrados em 2016



Município teve eleitores recadastrados em dois meses

Em Senador Guiomard o recadastramento biométrico passou a ser obrigatório no dia 1º de fevereiro de 2016. Os eleitores foram atendidos no Cartório Eleitoral do município, adaptado para comportar 12 kits biométricos operando simultaneamente, com capacidade de 75 atendimentos por hora.

“A revisão biométrica é uma ação importante que a Justiça Eleitoral vem desenvolvendo há alguns anos com o intuito de trazer mais segurança ao processo eleitoral”, destacou o presidente do TRE-AC, em visita ao cartório.

A desembargadora Waldirene Cordeiro também esteve presente e aproveitou para parabenizar o juiz eleitoral Robson Aleixo e sua equipe pela organização do Fórum Eleitoral para receber os eleitores durante a revisão, que se estendeu até o dia 30 de março. Segundo ela, o fluxo foi bem idealizado, desde a triagem até a coleta de dados biométricos, para que a equipe pudesse atender de forma rápida os eleitores do município. A Biometria em Senador Guiomard se estendeu até 30 de março, quando 100% dos eleitores foram recadastrados.

“A revisão biométrica é uma ação importante que a Justiça Eleitoral vem desenvolvendo há alguns anos com o intuito de trazer mais segurança ao processo eleitoral”

Desembargador Roberto Barros
presidente do TRE-AC

REDISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO

TRE-AC distribui eleitores de Rio Branco em novas seções

Eleitores de Rio Branco tiveram que ficar atentos ao chamado da Justiça Eleitoral do Acre. A partir de agosto de 2015, aqueles que estavam inscritos em seções com mais de 350 eleitores foram redistribuídos em outras seções, a fim de evitar longas filas e demora na hora da votação.

A necessidade de fazer a redistribuição do eleitorado da capital foi observada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) durante as Eleições de 2014, quando Rio Branco teve suas primeiras eleições biométricas, procedimento que traz mais

segurança ao processo eleitoral, mas que aumenta o tempo de permanência do eleitor na seção devido à sua identificação por meio das digitais.

Na época, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros, concedeu entrevista coletiva à imprensa local para esclarecer a forma como o processo de redistribuição do eleitorado seria conduzida. A entrevista ocorreu no Fórum Eleitoral de Rio Branco, onde foi realizado o atendimento aos eleitores convocados.

SEÇÕES COM MENOS ELEITORES

“A ideia é deixarmos as seções eleitorais com o quantitativo máximo de 350 eleitores, de modo que todas as seções concluem o processo de votação mais ou menos no mesmo horário e o TRE inicie a totalização dos votos dentro do horário previsto”, destacou o presidente.

Do total de 235 mil eleitores que há em Rio Branco, cerca de 20 mil foram redistribuídos em outras seções eleitorais.



Adequação foi feita para receber no máximo 350 eleitores por seção

REZONEAMENTO



Presidente do TRE-AC diz que exclusão de zona eleitoral é retrocesso

Presidente esclarece mudanças ocorridas após rezoneamento

Em março deste ano, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral alterou a Resolução nº 23.422, que trata da criação e instalação de zonas eleitorais, com o objetivo de realizar um rezoneamento eleitoral para reduzir custos com as zonas eleitorais. Para cumprir a decisão, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) excluiu a 10ª Zona Eleitoral, com sede em Rio Branco, onde haviam 88 mil eleitores inscritos, quantidade inferior a que o TSE passou a exigir.

Os eleitores inscritos nessa zona foram remanejados pela Justiça Elei-

toral para as 1ª e 9ª Zonais Eleitorais, também da capital. Na prática, não há impacto para os eleitores, que não precisarão comparecer ao cartório para alteração do título de eleitor.

“Faremos essa alteração em nosso sistema, sem a necessidade do comparecimento do eleitor. Os eleitores 10ª Zona agora farão parte da 1ª ou 9ª Zona Eleitoral, mas continuarão votando no mesmo local de antes”, destacou o presidente.

INTERIOR

No interior do Estado também

deverá ocorrer o rezoneamento, com base em critérios diferentes dos estabelecidos para a capital, como densidade demográfica e condições de acesso. Ainda não está definido qual zona do interior do Estado deverá ser extinta. A administração do Tribunal está trabalhando no levantamento dos dados de cada zona, observando os critérios do TSE.

“Excluir zonas eleitorais nos Estados é retrocesso. Esse tipo de alteração deve ocorrer após discussão no âmbito do Congresso e não por força de resolução”, afirmou o magistrado.

ELEIÇÕES 2016

Acre recebeu mais de 2.350 registros de candidaturas



Rio Branco foi o município com maior número de pedidos de registros

Os cartórios eleitorais do Acre receberam cerca de 2.350 registros de candidaturas até o dia 15 de agosto, quando encerrou-se o prazo para partidos e coligações apresentarem pedidos.

Rio Branco foi o município com o maior número de registros, onde foram recebidos 301 pedidos, sendo que 4 foram para prefeito, 4 para vice-prefeito e 293 para vereador.

TRABALHO PREVENTIVO

Apenas 215 registros de candidaturas foram recebidos no Acre no último dia de prazo, o que mostra que o trabalho preventivo realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral nos municípios, no sentido de incentivar os partidos a agendarem a entrega do registro com antecedência, surtiu efeito.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 495.403 registros de candidaturas foram recebidos em todo o Brasil para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Todos os dados referentes às candidaturas ficaram disponíveis para acesso no site do Tribunal Regional Eleitoral, na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais.

ELEIÇÕES 2016

Novos prazos previstos em calendário eleitoral foram apresentados à imprensa



Principais mudanças trazidas pela reforma eleitoral foram abordadas durante a coletiva

Durante coletiva de imprensa realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no dia 8 de julho, o presidente do órgão, desembargador Roberto Barros, esclareceu os principais prazos previstos no calendário eleitoral de 2016, a começar pelas condutas vedadas aos agentes públicos.

A partir do dia 2 de julho, ficou proibido aos agentes públicos no-

mear, contratar, admitir ou exonerar sem justa causa, bem como complicitar a inaugurações de obras públicas e fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito.

O presidente também falou sobre prazo para registro de candidatura, realizado entre os dias 20 de julho e 15 de agosto. “É cabível esclarecer que a partir de 2016, a

ata da convenção deve ser encaminhada aos cartórios dentro do prazo de 24 horas após a convenção”, destacou.

CAMPANHA

Outro ponto importante mencionado foi o financiamento de campanha, que em 2016 contou com novas regras. A partir daí foi

estabelecido limite de arrecadação para os candidatos aos cargos de prefeito e vereador. O limite de gastos nas campanhas eleitorais foi definido com base nos maiores gastos declarados, em cada município, nas Eleições de 2012.

O magistrado explicou ainda sobre fontes vedadas, outra novidade das Eleições de 2016. Pessoas jurídicas, de origem estrangeira ou

“É cabível esclarecer que a partir de 2016, a ata da convenção deve ser encaminhada aos cartórios dentro do prazo de 24 horas após a convenção

Desembargador Roberto Barros
presidente do TRE-AC

pessoa física que exerça atividade comercial decorrente de concessão ou permissão pública não poderão mais fazer financiamento de campanha. Os partidos permanecem com livre movimentação de verba.

Por fim, ponderou que as etapas do processo eleitoral de 2016 transcorreram dentro da normalidade e que a previsão orçamentária para as eleições foi de R\$ 5 milhões.

TRE-AC analisa 100% dos registros de candidaturas dentro do prazo

Em razão das mudanças promovidas pela lei da Reforma Eleitoral, nº 13.165/2015, a Justiça Eleitoral teve pouco mais de 20 dias para analisar e julgar todos os registros de candidaturas recebidos para as Eleições de 2016.

Apesar do curto prazo, expirado no dia 12 de setembro, as zonas eleitorais da capital e do interior do Acre analisaram 100% dos registros e julgaram 99,68% do total, restando apenas 7 processos pendentes, relacionados a substituição ou a impugnação, que não puderam ser decididos com celeridade em razão do rito processual. A Corte Eleitoral, representada

pelos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), julgou todos os recursos apresentados até o dia 11 de setembro.

Do total de 2.312 registros julgados, 2.213 candidatos estavam aptos a concorrerem ao pleito daquele ano, enquanto 99 foram considerados inaptos. Em Rio Branco, 301 candidatos estavam aptos e 11 inaptos.

CELERIDADE

O presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros, credita a celeridade aos juizes eleitorais, membros do Ministério

Público Eleitoral, servidores das zonas e da secretaria do Tribunal, que, de forma dedicada, elaboraram um planejamento para que o novo prazo fosse cumprido.

“Os nossos números refletem a maneira como todo o processo foi organizado. Os seminários realizados no interior, incentivando partidos a apresentarem os registros antes do prazo final; os agendamentos feitos pelas zonas para receberem os registros e até o deslocamento dos servidores da capital para darem apoio no interior foram muito importantes para alcançarmos esse resultado”, enfatizou.



Corte Eleitoral teve prazo mais curto para julgamento em razão da reforma eleitoral

TRE solicitou apoio da Força Federal para as Eleições



TRE-AC não solicitava apoio da Força Federal há 14 anos

Para as Eleições de 2016, a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) decidiu solicitar apoio da Força Federal, por meio de pedido encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Oito municípios receberam o reforço na segurança, sendo eles Rio Branco, Brasília, Epitaciolândia, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Acrelândia. A intenção, segundo o presidente do Tribunal, desem-

bargador Roberto Barros, era garantir o livre exercício do voto, a normalidade da votação e a apuração dos resultados.

REFORÇO

“Entendemos que esse reforço no efetivo era muito importante, pois muitos municípios passaram por situações delicadas. E com o Exército, além das Polícias Federal, Civil e Militar, que já atuam nas

Eleições, contamos com a força total para conter possíveis ações criminosas durante o período eleitoral”, destacou o presidente.

Para a escolha dos municípios foram utilizados vários critérios, como as constantes ondas de violências, cidades onde há presídios e que são áreas de fronteira. A última vez que o TRE acreano solicitou apoio da Força Federal para a segurança das eleições foi em 2002.

ELEIÇÕES 2016

Força Aérea Brasileira reforça logística nas Eleições no Acre



Helicópteros fazem transporte de mesários, policiais e urnas para 42 locais de difícil acesso

A Força Aérea Brasileira (FAB) prestou apoio nas Eleições no Acre, realizando o transporte de mesários e urnas eletrônicas para seções eleitorais de difícil acesso no interior do Estado, utilizando-se de dois helicópteros.

Nas Eleições de 2016, o Acre contou com 1.779 seções, distribuídas em 10 zonas eleitorais. 147 delas situadas em regiões de difícil acesso e

em 42 locais o transporte só pôde ser realizado por helicóptero. Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Taumaturgo são os municípios que abrigam seções eleitorais com maior dificuldade de acesso.

MISSÃO NA AMAZÔNIA

Nessa época do ano, período que compreende o verão amazônico, os

rios acreanos estão abaixo da cota ideal para navegação, o que reforça a necessidade do transporte aéreo de urnas. Para essa missão, a FAB disponibilizou aeronaves UH60 Black Hawk.

O tenente Erlon Nascimento de Souza, piloto da FAB, explica que o apoio logístico é feito em duas etapas, a primeira no período que antecede as eleições, e depois do pleito,

quando é necessário fazer o recolhimento das urnas e do pessoal que atuou durante a votação.

“A nossa missão é otimizar a distribuição das urnas para fazer, o mais rápido possível, a contabilização dos votos. Portanto, esse trabalho é de extrema importância para que todos os acreanos participem das eleições e façam valer seu voto nas urnas”, comentou.

“A nossa missão é otimizar a distribuição das urnas para fazer, o mais rápido possível, a contabilização dos votos.”

O tenente Erlon Nascimento de Souza, piloto da FAB



ELEIÇÕES
2016

#SEUVOTOSUA VOZ



ELEIÇÕES 2016

TRE e MPE reuniram instituições para discutir a segurança das eleições

Com o objetivo de discutir e planejar ações de segurança para as Eleições Municipais de 2016, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros e o procurador de Justiça, Álvaro Pereira, reuniram, no dia 26 de agosto de 2016, diversas instituições que atuam durante o pleito.

O encontro, que contou com a presença da vice-presidente do TRE-AC, desembargadora Waldirene Cordeiro, do procurador regional eleitoral, Ricardo Lagos, membros do Ministério Público, juízes e promotores eleitorais, além de representantes das forças policiais, ocorreu no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), do MPAC.

O presidente do TRE-AC ressaltou a importância da reunião para que o pleito não tivesse grandes ocorrências. “Essa reunião nos permitiu fazer um alinhamento mais detalhado e prévio sobre a questão da segurança das eleições, bem como da propaganda eleitoral, além de outros assuntos importantes para uma eleição bem conduzida, dentro daquilo que a população espera e que as instituições têm a obrigação de garantir”, disse.

Ele frisou a necessidade de estabelecer os fluxos para que cada instituição saiba o seu papel e o papel das outras instituições. “Tivemos eventos em algumas zonas eleitorais do interior, que foram analisadas pelos juízes eleitorais e nós decidi-



Fluxos foram estabelecidos para cada instituição atuar com o seu papel

mos também, a partir desse alinhamento, ter a atuação das polícias, tanto do estado quanto federal, do MP eleitoral, e também dos juízes eleitorais, para que nós tivéssemos uma definição dos fluxos. Ou seja, a partir do momento em que chegar uma denúncia de crime ou de corrupção eleitoral, a quem deve ser encaminhada essa denúncia, quem recebe, quem analisa, quem encaminha e quem decide”, explicou.

O procurador de Justiça Álvaro Pereira e coordenador-geral do Grupo de Apoio à Atividade Eleitoral (GAAE), do MPAC, destacou

o objetivo de promover um alinhamento entre os diversos atores do processo eleitoral. “Buscamos um alinhamento, em especial entre os promotores eleitorais e os juízes eleitorais para discutir questões afins de organização e fiscalização do pleito, fiscalização da propaganda eleitoral irregular, e de condutas eventualmente criminosas”, disse.

Ele informou que o MPAC atuaria no sentido educativo, mas também coletando dados para eventual propositura de medidas de representação por propaganda eleitoral irregular.

“ Buscamos um alinhamento, em especial entre os promotores eleitorais e os juízes eleitorais para discutir questões afins de organização e fiscalização do pleito, fiscalização da propaganda eleitoral irregular, e de condutas eventualmente criminosas

Álvaro Pereira
Procurador de Justiça

“ Essa reunião nos permitiu fazer um alinhamento mais detalhado e prévio sobre a questão da segurança das eleições, bem como da propaganda eleitoral, além de outros assuntos importantes para uma eleição bem conduzida, dentro daquilo que a população espera e que as instituições têm a obrigação de garantir

Desembargador Roberto Barros, Presidente do TRE-AC

Fiscalização e canais de denúncias

Por ato do procurador-geral de Justiça do MPAC, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, foi instituído, no dia 15 de agosto de 2016, o Grupo de Apoio à Atividade Eleitoral (GAAE), que funcionou na capital, prestando o suporte necessário aos promotores eleitorais.

Dividido em coordenação geral, coordenação

executiva e coordenação administrativa de pessoal, transporte e material, o GAAE abrigou também a Central de Recebimento de Denúncias (0800 9702078). As demandas recebidas foram devidamente encaminhadas aos órgãos de execução.

(Com informações do MPAC).

ELEIÇÕES 2016

TRE-AC finaliza preparativos para o dia da votação

A partir do mês de setembro os prédios da Justiça Eleitoral mantiveram portas abertas todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados. Os plantões ininterruptos ocorreram por conta da proximidade do pleito eleitoral, que teve o primeiro turno realizado no dia 2 de outubro.

Para a realização do pleito, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre planeja o “Dia E” com um ano de antecedência. Contratações, parcerias, campanhas, preparação das urnas, logística do dia da eleição, treinamento de mesários, transmissão, totalização e divulgação dos resultados, tudo isso é discutido e alinhado dentro do Programa Integrado das Eleições.

Aproximadamente 10 mil pessoas e pouco mais de R\$ 5 milhões são necessários para fazer uma eleição no Acre, que em 2016, contou com 541 mil eleitores aptos a votar e mais de 2 mil candidatos registrados.

PREPARAÇÃO DE URNAS

No fim de semana que antecedeu às eleições, o Tribunal concluiu o trabalho de preparação e lacre de urnas eletrônicas que seriam utilizadas no dia da votação. O procedimento consiste em inserir nos cartões de memórias os dados de candidatos e eleitores que estarão nas urnas. A partir desse momento, as urnas só funcionam no dia da votação.



Urnas são testadas antes de serem enviadas às zonas eleitorais

Os mesários e as urnas começaram a ser transportados para os locais de difícil acesso com seções eleitorais na última semana de setembro, com o apoio de helicópteros da Força Aérea Brasileira (FAB), barcos e aviões de pequeno porte.

DESAFIO

“É desafiador e ao mesmo tempo gratificante fazer eleições na Amazônia.

As dificuldades que enfrentamos para estarmos presentes com seções eleitorais em todo o Estado são grandes e isso faz com que preparemos a logística com muita antecedência. O fator climático é fundamental para que tudo saia dentro dos conformes, pois uma chuva pode mudar toda essa logística”, destacou o presidente do TRE acreano, desembargador Roberto Barros.

O Acre possui 1.779 seções eleitorais, distribuídas em 10 zonas eleitorais. 147 seções estão situadas em regiões de difícil acesso e em 42 delas só é possível chegar de helicóptero. Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Taumaturgo são os municípios que abrigam seções eleitorais com maior dificuldade de acesso.

Segundo o presidente, para garantir que a Justiça Eleitoral esteja presente em todo o Estado é preciso, às vezes, que uma viagem seja feita de várias maneiras, uma parte terrestre e outra parte fluvial. “Trabalhamos para superar os obstáculos da distância, obstáculos das dificuldades de acesso. Isso é possível graças ao empenho dos servidores e magistrados que integram a Justiça Eleitoral, e o conjunto de instituições que se unem a esse propósito, e acima de tudo os mesários, que no dia das eleições são a voz, são a representação da Justiça Eleitoral em todos os locais de votação do nosso Estado”, completou.



Índice de abstenção foi de 16,25%, abaixo da média nacional

Urnas foram apuradas em tempo recorde no Acre

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) concluiu a apuração do resultado das Eleições nos 22 municípios acreanos por volta das 21h40 do dia 2 de outubro, registrando a apuração mais rápida da história no Estado. Com apenas 25 minutos, Jordão foi o primeiro município a totalizar os resultados da votação para prefeito e vereador, seguido de Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Marechal Taumaturgo e Porto Walter.

O comparecimento às urnas em todo o Estado foi de 445.951 eleitores, que representam 83,75% do total de 532.452 aptos a votar. O índice de abstenção, portanto, foi de 16,25%, abaixo da média nacional, que foi 17,50%.

Em Rio Branco, o único município acreano que poderia ter segundo

turno, em razão da quantidade de eleitores ser superior a 200 mil, as eleições foram decididas no primeiro turno. 202.877 do total de 241.152 compareceram às seções eleitorais. A abstenção foi de 15,87%.

Em Cruzeiro do Sul, que abriga o segundo maior colégio eleitoral do Estado, com 54.100 eleitores, o comparecimento foi de 41.008, com 24,20% de abstenção.

A avaliação feita pelo presidente do Tribunal, desembargador Roberto Barros, foi que as Eleições Municipais de 2016 transcorreram dentro da normalidade. Do total de 1.779 urnas utilizadas em todo o Estado, 15 foram substituídas ao longo do dia e não houve registro de votação manual em nenhuma seção eleitoral.

Ele atribui a diversos fatores a

inexistência de longas filas nas seções eleitorais este ano em Rio Branco: a redução do número de eleitores por seção após a campanha de redistribuição do eleitorado, realizada em 2015; a criação de novas seções eleitorais; e o número reduzido de candidatos a serem votados, diferentemente das eleições gerais, quando o eleitor precisou digitar números de cinco candidatos.

“O nosso primeiro objetivo era trabalhar para ter uma eleição segura e isso nós tivemos. Não houve nenhum incidente com urnas eletrônicas ou em seções eleitorais que pudessem comprometer a votação. Tudo ocorreu dentro do planejado pelo Tribunal. O Exército e as polícias Militar, Civil e Federal cumpriram o seu papel de forma exemplar”, enfatizou.



O nosso primeiro objetivo era trabalhar para ter uma eleição segura e isso nós tivemos.

Desembargador Roberto Barros, Presidente do TRE-AC

ELEIÇÕES 2016

Auditoria de urnas eletrônicas é transmitida pelo Facebook



Atividade ocorre no mesmo dia e horário das eleições

O TRE acreano realizou transmissão online dos trabalhos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas por meio da Votação Paralela. A atividade, que ocorre no mesmo dia e horário das eleições, foi transmitida em tempo real pela página do Facebook do Tribunal.

Para a presidente da Comissão de Votação Paralela, juíza Rogéria Epaminondas, a utilização das redes sociais possibilitou a ampliação da divulgação do procedimento, uma vez que o cidadão poderia acessar, de qualquer lugar, o ambiente em que as urnas foram sendo auditadas.

A votação paralela é realizada por todos os Tribunais Regionais Eleitorais por meio de amostragem e serve para identificar o correto funcionamento das urnas sob condições normais de uso. O procedimento é adotado pela Justiça Eleitoral desde 2002 para confirmar a segurança da urna eletrônica, e é feito com a participação de representantes de partidos po-

líticos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público.

Para a votação paralela, são sorteadas três urnas eletrônicas do estado que seriam utilizadas nas eleições oficiais. Essas urnas são retiradas do local de votação na véspera da eleição e substituídas por outras. No mesmo dia e hora da votação oficial, fiscais verificam a assinatura digital dos programas e o resumo digital.

Em seguida, os participantes, antes de votar na urna eletrônica, retiram uma cédula de votação, que foi preenchida pelos representantes dos partidos políticos, revelam aos fiscais o voto e registram também em um terminal de apuração independente da urna.

Depois, é feita a comparação do resultado da votação revelado pelo participante com o resultado registrado no boletim de urna. Todos esses passos são filmados. O objetivo é mostrar que o que foi digitado no teclado da urna corresponde realmente à escolha do eleitor.

Disque-Eleições atendeu eleitores com informações sobre o voto

A partir do dia 28 de setembro o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) disponibilizou o Disque-Eleições, por meio do número 0800 649 9218. O telefone serviu como canal de comunicação com o eleitor, com o objetivo de fornecer informações relacionadas às eleições, aos locais de votação e ao cadastro eleitoral, para o exercício do voto ou justificativa de ausência no dia da votação.

O Disque Eleições visa aproximar o cidadão da Justiça Eleitoral e oferece, a cada pleito, um serviço menos burocrático e formal.



ELEIÇÕES 2016

Diplomação dos eleitos da capital marca o fim do processo eleitoral



Juíza da 1ª Zona Eleitoral diplomou candidatos eleitos em Rio Branco

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), por meio da 1ª Zona Eleitoral, realizou, no dia 19 de dezembro de 2016, cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos em Rio Branco, com base nos resultados obtidos no pleito do dia 2 de outubro.

Além do prefeito e da vice-prefeita, foram diplomados 17 vereadores e dois suplentes de cada coligação. A solenidade foi realizada no Teatro Universitário da Universidade Federal do

Acre (Ufac) e contou com apresentação da Orquestra de Câmara da Ufac.

ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

A juíza da 1ª Zona Eleitoral, Zenair Ferreira Bueno, destacou o trabalho árduo e as dificuldades enfrentadas em todas as etapas do processo eleitoral. Ressaltou também a frente de trabalho com mesários, auxiliares de juiz e segurança pública para o sucesso das eleições.

A cerimônia marcou o encerramento do processo eleitoral de 2016 no Acre. “Cada diploma entregue aos candidatos eleitos vem carregado de sonhos depositados pelos eleitores nas urnas eletrônicas”, finalizou a juíza eleitoral.

No interior do Estado, a cerimônia de diplomação dos eleitos também ocorreu até o dia 19 de dezembro, portanto, dentro do prazo estabelecido pelo calendário eleitoral.

ELEIÇÕES 2016

TRE-AC é avaliado positivamente em pesquisa de opinião pública



Entrevistas foram realizadas durante o primeiro turno das eleições

Durante o primeiro turno das Eleições Municipais de 2016, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre realizou pesquisa de opinião pública a fim de avaliar o grau de satisfação dos eleitores em relação ao Tribunal, o grau de informação do eleitorado sobre o processo eleitoral, bem como a qualidade da prestação de serviços e nível de credibilidade da Justiça Eleitoral acreana.

Uma equipe de 60 entrevistadores esteve presente em 102 locais de votação em todo o Estado para aplicar o questionário aos eleitores. Ao todo, foram realizadas 1.553 entrevistas com eleitores de dez municípios acre-

anos, sendo eles Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Senador Guiomard, Brasília e Epitaciolândia.

A empresa contratada para a realização da pesquisa é a Qualiteste Pesquisa e Capacitação. Do total, 51,1% do público era feminino e 48,9% era masculino. 70% dos entrevistados avaliaram a qualidade dos serviços prestados pelo Justiça Eleitoral entre ótimo e bom.

Sobre a participação no processo eleitoral, 45,8% disseram estar satisfeitos por contribuir com a democracia, 18,8% consideram que o voto

não deveria ser obrigatório, 17% sentem indiferentes, pois estão cumprindo a lei e 15,8% sentem orgulho por viver em um país democrático.

Quanto a organização das eleições, 60,9% avaliaram entre muito eficiente e eficiente. Sobre a agilidade na apuração do resultado das eleições, 81,6% consideraram entre ótima e boa e 51,1% confiam totalmente na urna eletrônica.

“O resultado nos aponta o grau de satisfação do nosso usuário e em quais pontos devemos buscar melhorias”, informou a assessora de Planejamento do TRE, Luciane Medeiros.

TECNOLOGIA



Aplicativo foi disponibilizado para todo o Brasil

TRE-AC e TRE-TO desenvolvem aplicativo “Boletim na Mão”

A partir das Eleições de 2016 o eleitor pôde auditar o resultado das seções eleitorais. É que o Tribunal Superior Eleitoral disponibilizou um aplicativo com a tecnologia QRcode, desenvolvido pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Acre e do Tocantins, para que o cidadão tenha acesso aos boletins de urna direto da seção eleitoral para acompanhar a apuração do resultado das eleições.

O analista de sistemas do TRE-TO, Alexandre Oliveira, esteve em Rio Branco acompanhando o grupo de trabalho do TRE-AC em uma das fases de desenvolvimento do aplicativo. “Esse trabalho é colaborativo e começou em 2015. Nas eleições de 2016, ele será disponibilizado pela Justiça Eleitoral para todo o Brasil”, enfatiza.

TRANSPARÊNCIA

Para a secretária de Tecnologia da Informação do TRE-AC, Rosana Magalhães, essa tecnologia veio para dar mais transparência ao processo eleitoral. O QRcode ou Código QR - código de barras em 2D, que pode ser escaneado pela maioria dos aparelhos celulares que têm câmera fotográfica - pode ser utilizado por eleitores e fiscais de partidos políticos, de forma rápida, segura e simplificada, assim que o boletim de urna for impresso nas seções.

“O boletim de urna já era disponibilizado de duas formas para o cidadão: afixado nas portas das seções e publicado na internet três dias após as eleições. Com o aplicativo, o cidadão pode comparar, com

muito mais segurança e tranquilidade, se o resultado de uma seção corresponde àquele que foi totalizado”, destacou a secretária.

Este é um dos novos aplicativos para sistemas operacionais IOS e Android, entre vários que foram disponibilizados pela Justiça Eleitoral para as eleições de 2016. Nas eleições de 2014, já foi possível baixar aplicativos que permitiam consultar informações sobre candidatos, pesquisar locais de votação e pontos de entrega da justificativa eleitoral, além de acompanhar, em tempo real, a apuração dos votos. A inclusão do Código QR nos Boletins de Urna foi aprovada pelo Grupo de Trabalho (GT) do Ecosistema da Urna Eletrônica, durante uma reunião na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

TECNOLOGIA

Ferramenta virtual ajuda a reduzir quase 50% do uso de papel



Processos administrativos passaram a tramitar dentro da ferramenta SEI

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) conseguiu eliminar 49,6% do consumo de papel A4 após a adoção do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), plataforma virtual usada para trâmites de processos administrativos.

O SEI foi implantando no TRE acreano em agosto de 2015 e desde então, todos os processos administrativos novos são criados dentro da plataforma. Apenas alguns processos que ainda tramitavam em papel continuaram nesse formato até serem concluídos, mas a previsão da administração do órgão é que em breve 100% dos processos desta natureza tramitem dentro do SEI.

POLÍTICA AMBIENTAL

A redução do consumo de papel, assim como de outros recursos materiais e naturais, está dentro da política ambiental do Tribunal, que criou uma Comissão Permanente de Combate ao Desperdício, composta por servidores.

A comissão elaborou a Agenda Ambiental do TRE-AC, um convite ao engajamento individual e coletivo para algumas mudanças de hábitos, que objetivam a economia de recursos naturais e a redução de gastos, por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada de resíduos.

SEI 3.0

Tribunal Regional Eleitoral do Acre realizou workshop de capacitação de servidores e chefes de cartório sobre a nova versão do SEI, que migrou da versão 2.0 para 3.0. Além das vantagens já existentes no sistema, que vão desde da celeridade à transparência, o novo SEI traz uma série de novas possibilidades, como a criação de banco de contatos e de formulários dinâmicos. A nova versão começou a ser usada em julho de 2017.

TECNOLOGIA

TRE-AC adotará Processo Judicial Eletrônico (PJE) a partir de agosto

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) publicou no dia 12 de maio de 2017, a Resolução 1.718/2017 que implanta o Processo Judicial Eletrônico (PJE) no âmbito do TRE acreano, regulamentando seu uso e funcionamento.

A implantação ocorrerá em 14 de agosto de 2017, quando a tramitação dos processos judiciais e a representação dos atos processuais em meio eletrônico, no TRE-AC, serão realizados exclusivamente por meio do PJE.

A nova sistemática abrangerá a propositura e a tramitação dos feitos pertencentes às seguintes classes: Ação Cautelar (AC); Habeas Corpus (HC); Habeas Data (HD); Mandado de Injunção (MI); Mandado de Segurança (MS); Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME); Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); Ação Rescisória (AR); Conflito de Competên-

cia (CC); Consulta (Cta); Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento (CZER); Exceção (Exc); Instrução (Inst); Petição (Pet); Prestação de Contas (PC); Propaganda Partidária (PP); Reclamação (Rcl); Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED); Registro de Órgão de Partido Político em Formação (ROPPF); Representação (Rp); Suspensão de Segurança (SS); e Processo Administrativo (PA).

O Processo Judicial Eletrônico (PJE) é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros. Busca, dentre outros objetivos, contribuir para a celeridade processual e a ampliação do acesso aos autos do processo pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual, assim como o acompanhamento do processo judicial,

independentemente deste tramitar em quaisquer das Justiças, garantindo maior segurança, interoperabilidade e redução de gastos.

IMPLANTAÇÃO

Desde 2010 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) empreende tratativas visando a implantação da ferramenta no âmbito da Justiça Eleitoral. No decorrer dos anos de 2015 e 2016 o PJE foi implantado no TSE, com projeto piloto desenvolvido em 5 Tribunais Regionais Eleitorais (RS, TO, GO, AM e PB).

Para consultar a Resolução 1.718/2017 na íntegra, que trata especificamente da implantação da ferramenta no TRE-AC, basta acessar o seguinte endereço no portal de Internet do TRE-AC: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ac-resolucao-1718-2017>.



Tramitação dos processos judiciais e a representação dos atos processuais em meio eletrônico, no TRE-AC, serão realizados por meio do PJE

TECNOLOGIA

TRE-AC desenvolve site para backup de informações institucionais

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) desenvolveu, em parceria com o TRE de Tocantins, um site de contingência para proteger os dados necessários ao funcionamento correto dos seus sistemas informatizados, que dão suporte aos sistemas eleitorais e administrativos.

O site backup consiste na sincronização dos dados do Tribunal de forma contínua e ininterrupta para um sítio de contingência que funciona nas dependências do TRE-TO. Esse importante processo torna possível a recuperação de todo o ambiente de Tecnologia da Informação (TI) do TRE-AC em

caso de desastres, com a mínima ou nenhuma perda de dados.

PROTEÇÃO DE SISTEMAS

O TRE-AC já possui um data center localizado no prédio sede, onde estão instalados todos os equipamentos servidores que hospedam os serviços de TI, bem como os dados institucionais de uso da Justiça Eleitoral no Acre. Ocorre que número de demandas e a criticidade dos serviços de TI vêm crescendo vertiginosamente, exigindo novos serviços informatizados, com maior capacidade de armazenamento. Para atender essas demandas e garantir

a proteção dos sistemas eleitorais e administrativos do TRE-AC, foi desenvolvido o site para backup de suas informações institucionais.

O projeto nasceu do planejamento e de aquisição de softwares, hardwares e links de dados, um investimento importante que trouxe segurança à instituição ao saber que seu banco de informações está protegido. Com esse backup, o TRE-AC alcançou um nível de proteção adequado contra incêndio, poeira, explosão, vandalismo, superaquecimento e interrupção no fornecimento de energia elétrica, reduzindo o tempo de retorno à operação no caso de sinistros.



TREINAMENTO

Atendentes foram treinados para o recadastramento de eleitores



Treinamento habilitou atendentes a atuarem no recadastramento biométrico em Porto Acre e Xapuri

Atendentes que atuaram no recadastramento biométrico obrigatório dos eleitores de Porto Acre foram treinados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre nos dias 1 e 2 de outubro, em Rio Branco.

No primeiro dia pela manhã os atendentes receberam treinamento teórico no plenário do Tribunal e no período da tarde realizaram estágio com atendimento real no Fórum Eleitoral de Rio Branco.

COLETA DE DADOS

Com a orientação, todos se tornam habilitados a receber o eleitor e

realizar a sua coleta de dados biométricos, informou a coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE, Maria Arlete Sousa. “O atendimento é sempre supervisionado por servidores do Tribunal visando garantir o bom andamento dos trabalhos”, reforçou.

Nos dias 5 e 6 de outubro foi a vez dos atendentes de Xapuri receberem o treinamento, que ocorreu no Fórum Eleitoral e na OCA daquele município. Tanto em Porto Acre quanto em Xapuri o recadastramento obrigatório dos eleitores teve início no dia 7 de outubro.

“O atendimento é sempre supervisionado por servidores do Tribunal visando garantir o bom andamento dos trabalhos”

Maria Arlete Sousa
coordenadora da Corregedoria
Regional Eleitoral do TRE

TREINAMENTO

TRE-AC treinou mais de 7 mil mesários convocados

A Justiça Eleitoral do Acre concluiu com sucesso o processo de convocação de mais de 7 mil mesários que atuarão nas Eleições Municipais de 2016. Os convocados receberam um comunicado oficial entregue pelos Correios ou por equipes de servidores da Justiça Eleitoral, e após nomeação, participaram de treinamento oferecido por meio presencial e EAD (Ensino a Distância).

Na capital os treinamentos tiveram início no dia 1º de setembro e seguiram até o dia 19. No interior o cronograma teve início no dia 9 de setembro. Cada turma recebeu um

dia de orientações que vão desde a identificação do eleitor ao procedimento de instalação da urna eletrônica no dia da votação.

Além de contribuir com o processo eleitoral democrático, o mesário possui diversas vantagens ao prestar este serviço durante as eleições, como dispensa do serviço pelo dobro dos dias trabalhados, incluindo os dias de treinamento; vantagens em desempate em concurso público, desde que previsto em edital, além de créditos em disciplinas de cursos em instituições de ensino superior, se conveniadas com o Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

MESÁRIO VOLUNTÁRIO

Em qualquer época do ano é possível se cadastrar no site do TRE-AC como mesário voluntário. Basta acessar o link <http://www.tre-ac.jus.br/eleitor/mesario-voluntario-1/inscricao-mesario-voluntario> e preencher formulário.

Pela segunda vez consecutiva a estudante Maria Marly Pinheiro foi convocada para ser mesária, e destacou a importância de participar do treinamento, mesmo já tendo experiência. “São instruções importantes e que precisam ser repassadas a cada eleição para que a gente não cometa nenhuma falha”.



Instruções foram transmitidas por meio presencial e também por ensino à distância

TREINAMENTO



Mudanças trazidas pela reforma eleitoral foram esclarecidas durante o evento

Curso de Direito Eleitoral reúne mais de 60 Jornalistas

Reforma eleitoral, tradução de termos jurídicos para a mídia e calendário eleitoral. Estes foram os temas abordados na manhã do dia 26 de maio, durante a 3ª edição do Curso de Direito Eleitoral para Jornalistas, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), por meio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

O evento, ocorrido no auditório do Ministério Público Estadual (MPE), contou com a participação de mais de 60 pessoas, entre jornalistas, acadêmicos e servidores do Tribunal. “Agradeço a todos que aceitaram o nosso convite e vieram observar as mudanças na legislação eleitoral, que passam a valer a partir destas Eleições de 2016”, destacou o

presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros.

REFORMA ELEITORAL

O magistrado ressaltou as principais alterações trazidas pela Reforma Eleitoral (Lei n. 13.165/2015). Entre as mudanças, enfatizou o prazo para o início da campanha eleitoral, que antes era 5 de julho e após a reforma só poderia ocorrer a partir do dia 15 de agosto.

O diretor da Escola Judiciária Eleitoral, juiz Cloves Ferreira, ministrou a palestra “Tradução dos Termos Jurídicos para a Mídia”, esclarecendo de forma simples algumas expressões utilizadas pelo profissionais da

imprensa em suas reportagens. Já os prazos previstos no calendário eleitoral de 2016 foram apresentados pela secretária judiciária do Tribunal, Luciana Arruda.

“Foi um curso importante e bastante esclarecedor para nós que somos profissionais da imprensa. A partir dele teremos maior respaldo para levar a informação correta à população”, destacou o jornalista Paulo Amorim, de Cruzeiro do Sul, município que comporta o segundo maior colégio eleitoral do Estado.

Também estiveram presentes no evento a vice-presidente e corregedora do TRE, desembargadora Waldirene Cordeiro, e o juiz membro da Corte Eleitoral, Raimundo Nonato Maia.

TREINAMENTO

TRE realiza treinamento para votação paralela



Auxiliares do processo de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas receberam treinamento no TRE

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) realizou treinamento teórico para auxiliares do processo de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, com base no manual do Tribunal Superior Eleitoral.

Durante o treinamento, ocorrido no dia 23 de setembro, foi ressaltado que o objetivo da Votação Paralela é identificar que o somatório dos votos digitados nas urnas eletrônicas é exatamente igual ao constante no Sistema de Apoio a Votação Paralela (SAVP), demonstrando a confiabilidade do sistema.

Em Rio Branco, a auditoria ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, no mesmo dia e horário da votação oficial. Para as Eleições 2016, aumentou de dois para três o número de urnas a serem auditadas. Outra novidade foi a transmissão online de todo o processo de auditoria por meio do Facebook do Tribunal.

Setembro de 2016

Palestra na FAAO aborda sistema eleitoral brasileiro

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) promoveu, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, a palestra “Educação para a Cidadania: O voto antes das urnas”, proferida pelo professor de Direito Eleitoral, Alexandre Basílio.

O evento ocorreu no dia 14 de

junho, no auditório da Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO) e foi aberta a estudantes, representantes partidários, pretensos candidatos, servidores públicos e profissionais da imprensa.

O palestrante abordou questões relativas à representatividade,

ao funcionamento do sistema proporcional e explicou por que um candidato com muitos votos não é eleito, enquanto outros conseguem se eleger com menos votos.

A palestra foi gratuita e os participantes receberam certificado ao final do evento.

Junho de 2016

TREINAMENTO

Seminário de Direito Eleitoral é concluído em Rio Branco



Programação incluiu palestras sobre registro de candidaturas, propaganda e crimes

Depois de passar por oito municípios do interior do estado, o Seminário de Direito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) terminou em Rio Branco, no dia 21 de julho.

O encontro foi realizado no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AC) e contou com a presença do presidente do TRE-AC, desembargador Roberto Barros, da vice-presidente, desembargadora Waldirene Cordeiro, e do vice-diretor da Escola Judiciária Eleitoral Evandro Marques de Souza, juiz Nonato Maia.

O seminário circulou pelo Estado com o objetivo de atualizar a população sobre o processo eleitoral, com especial atenção às recentes mudanças trazidas pela reforma eleitoral.

A programação incluiu palestras sobre registro de candidaturas, arrecadação e aplicação de recursos, prestação de contas, propaganda e crimes eleitorais.

“O seminário foi uma oportunidade de dialogar sobre as eleições de 2016 e as principais mudanças trazidas pela reforma eleitoral”, concluiu o desembargador Roberto Barros.

“O seminário foi uma oportunidade de dialogar sobre as eleições de 2016 e as principais mudanças trazidas pela reforma eleitoral”

Desembargador Roberto Barros
presidente do TRE-AC

Julho de 2016

TREINAMENTO

“Excelência no Atendimento ao Cidadão” é tema de curso

Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Acre participaram nos dias 30 e 31 de julho do curso “Excelência no Atendimento ao Cidadão”. O treinamento foi ministrado pela consultora em Gestão de Pessoas, Suely Botelho Cobucci, e destacou importantes temas para o aprimoramento do atendimento que os servidores da Justiça Eleitoral prestam ao público.

“O eleitor é o nosso patrão. Temos que oferecer sempre o melhor atendimento a ele, pois assim damos sequência no direito à cidadania que cada um possui”, disse a vice-presidente

do TRE, desembargadora Waldirene Cordeiro, durante a abertura do evento.

PAPEL DO SERVIDOR

A consultora acrescentou que o atendimento pode solidificar ou enfraquecer a imagem da instituição, dependendo de como ele é prestado. “Por isso precisamos pensar e repensar no nosso papel no dia a dia, em como melhorar o funcionamento das organizações”, completou.

O curso teve a carga de 16 horas e

contou com atividades dinâmicas de grupos. A ética no setor público, etiqueta no trabalho e gerenciamento de conflitos no atendimento estiveram entre os tópicos debatidos.

Para a servidora Elsa Batista Rodrigues, que atua há 27 anos na 6ª Zona Eleitoral, em Brasília, o curso foi uma forma de valorizar o trabalho dos profissionais. “O nosso dever é atender com atenção, clareza e principalmente com igualdade os cidadãos que buscam os nossos serviços. Essa é a principal lição que levaremos do curso”, destacou a servidora.



Desembargadora Waldirene Cordeiro fez a abertura do evento

TREINAMENTO



Gestores públicos municipais participaram da palestra proferida no plenário do TCE

Presidente do TRE ministra palestra sobre condutas vedadas

Separar o agente público do candidato é o primeiro passo para a condução de um correto pleito eleitoral. Com essas palavras o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Roberto Barros, deu início à palestra “Condutas Vedadas”, ministrada no plenário do Tribunal de Contas do Estado, no dia 13 de abril de 2016, durante o Seminário “Encerramento de Mandato: Orientações para Gestores Municipais”.

O evento, sediado pelo TCE, contou com a participação de prefeitos, vereadores, secretários municipais e contadores, com o objetivo de apresentar ao público presente informações relevantes sobre o último ano do mandato eletivo, visando orientar os gestores municipais para que observem todas as determinações, como forma preventiva para evitar eventuais falhas ou irregularidades.

ORIENTAÇÃO

O presidente abordou uma série de condutas vedadas aos agentes públicos, como cessão e uso de servidores em campanha eleitoral; distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social; nomear, contratar, demitir, exonerar ou transferir servidor público nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, exceto em alguns casos.

TREINAMENTO

Palestras da EJE promovem conscientização política em escolas



Diretor da EJE, juiz Nonato Costa, na Fundação Bradesco durante a apresentação do projeto Eleitor do Futuro

“A palestrante trouxe informações importantes para nosso dia a dia, abordando os nossos direitos e deveres

Mesmo após a conclusão das Eleições de 2016, o projeto Eleitor do Futuro, desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral Evandro Marques de Souza (EJE), continuou com a sua missão de promover a cidadania e a conscientização política de estudantes.

Depois de percorrer o interior do Estado, as atividades de mais uma edição do Eleitor do Futuro chegou a Rio Branco, com palestras para turmas do ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares. Nos dias 23, 24 e 25 de novembro, a secretária da EJE, Deborah Karen, palestrou para alunos da

Fundação Bradesco, na Vila Betel.

Na ocasião, os estudantes puderam compreender qual a função do prefeito e do vereador e as consequências de escolhas erradas no campo da política. Em pauta, também estiveram temas como corrupção, bullying e inclusão social. Até 2016, o projeto atendeu mais de 1500 estudantes acreanos.

Para Beatriz Moraes, aluna do ensino médio, o encontro foi muito proveitoso e de grande aprendizado. “A palestrante trouxe informações importantes para nosso dia a dia, abordando os nossos direitos e deveres”, comenta

Beatriz Moraes,
aluna do ensino médio

TREINAMENTO

Servidores participam de Workshop sobre Gestão de Riscos

Definir o direcionamento estratégico, supervisionar a gestão, gerenciar riscos estratégicos e conflitos internos são algumas das funções da governança. Implementar programas, garantir a eficiência administrativa e avaliar o desempenho, por sua vez, são funções da gestão.

Os tópicos foram estudados por um grupo de 40 servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) em meados de maio, em

um Workshop sobre Gestão de Riscos, ministrado pelo consultor Joel Azevedo, na Escola Judiciária do Acre (ESJUD).

O objetivo é fazer com que a instituição evolua, a partir da análise de gestão de riscos, prestando serviços de qualidade à sociedade.

GOVERNANÇA

O curso teve como entrega mi-

nutas de Política de Gestão de Riscos, Plano de Implementação da Governança e Planos de Riscos nas áreas de TI, Pessoal e Contratações e aquisições, em atendimento a exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Administração pretende implementar, ainda em 2017, a governança e a gestão de riscos no âmbito do Tribunal.



O curso teve como entrega minutas de Política de Gestão de Risco, Plano de Implementação da Governança e outros

PARCERIA

TRE-AC firma parcerias com instituições de ensino do Estado



Parceria foi firmada para atender o público estudantil

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre firmou diversas parcerias com instituições de ensino do Estado a fim de promover a conscientização política do público estudantil. Os convênios possibilitam realizar o cadastramento de alunos interessados em atuar como mesários voluntários, dando apoio logístico às eleições, entre outras atividades relacionadas às eleições.

Um exemplo dessas parcerias é o Acordo de Cooperação assinado pelo presidente do TRE-AC, desem-

bargador Roberto Barros, e o reitor da Universidade Federal do Acre (Ufac), Minoru Kinpara.

Com esse Acordo de Cooperação, as instituições parceiras poderão realizar campanhas, palestras, oficinas, entre outras ações, para os eleitores e futuros eleitores da comunidade acadêmica com foco no sistema eleitoral brasileiro e na cidadania.

ORIENTAÇÃO

Além da Ufac, o TRE-AC possui

convênio com o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá, em Cruzeiro do Sul, e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre, em Rio Branco.

Para o presidente do TRE, parcerias como essas são importantes para o desenvolvimento da nação. “Nossa juventude não pode ficar ociosa, ela precisa produzir para desenvolver, e essa participação dos estudantes no processo eleitoral como mesário voluntário, por exemplo, já lhes trazem uma experiência muito exitosa”, enfatizou.

RELATÓRIOS DAS UNIDADES

RELATÓRIO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL

Atualmente, no TRE-AC, encontra-se em vigor o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral para o período 2015-2020, aprovado pela Resolução local n. 1.695/2015, após longos debates envolvendo servidores da secretaria, zonas eleitorais e a alta gestão.

Para consecução inicial de parte dessa estratégia, o Tribunal estabeleceu o Plano de Diretrizes Institucional para os dois primeiros anos, que, orientado pelos nove objetivos definidos no Plano Estratégico, traçou a política a ser seguida pelo desembargador Roberto Barros dos Santos, escolhido democraticamente pelos membros da corte eleitoral acreana para a presidência do TRE-AC, biênio 2015/2017.

Todavia, para concretização da estratégia traçada, exigia-se que cada macrodesafio fixado fosse desmembrado em indicadores, metas e iniciativas, no âmbito de cada unidade técnica, a fim de que elas, conhecendo a estratégia institucional, contribuíssem, sistematicamente, com os resultados esperados pela Administração.

A fim de viabilizar a gestão e monitorar a execução da Estratégia, o presidente realizou em seu biênio 8 (oito) Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) com a participação de membros da Corte e servidores do Tribunal.

Importante destacar, ainda, que foi durante o aludido biênio, de maneira inédita, que se realizaram dois encontros estratégicos de iniciativa, coordenação e orientação do desembargador Roberto Barros, os quais contaram com a participação de membros da corte, magistrados, servidores efetivos e requisitados de todos os segmentos da justiça eleitoral acreana. Os encontros tiveram como principais objetivos: promover o envolvimento de todos os colaboradores da justiça eleitoral acreana, para a compreensão e execução eficiente das iniciativas estratégicas estabelecidas para 2015/2020; expor os resultados das iniciativas estratégicas do biênio; apresentar as diretrizes estratégicas para exercício vindouro; e comunicar aos participantes o resultado da gestão anteriores.

TABELA 1 – INICIATIVAS ESTRATÉGICAS 2016

Fortalecimento da Gestão de Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental (Portaria da Presidência n. 22/2016);
Implantação do Portal de Estatísticas Processuais;
Implementação do sistema de Vistoria dos Locais de Votação –VLV;
Aprovação da metodologia de gestão de processos (Instrução Normativa n. 22, de 18 julho de 2016);
Melhoria na gestão do processo de trabalho relacionado aos serviços extraordinário;
Gestão de riscos do processo de eleição (Portaria da Presidência n. 98/2016);
Implantação do Sistema Sanções;
Implantação do Sistema INFODIP;
Instituição da governança corporativa (Resolução TRE-AC n. 1.705/2016);
Instituição da governança de TI (Resolução TRE-AC n. 1.705/2016);
Implementação do site backup do TRE-AC;
Migração de plataforma do Windows XP para o Windows 7 (office 2013 em substituição ao office 1997);
Política de segurança da informação (Resolução TRE-AC n. 1.716/2017);
Pesquisa de opinião Pública (Realizada no dia do Pleito Eleitoral);
Plano de Promoção à Saúde (Portaria da Presidência n. 11/2016);
Concurso Público para prover vagas no âmbito do TRE-AC;
Aprimoramento das contratações de TI (Portaria da Presidência n. 97/2016);
I Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral do Acre;
Planejamento Integrado das Eleições 2016 – PROINTE 2016.

RELATÓRIO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

TABELA 2 - INICIATIVAS ESTRATÉGICAS 2017

Revisão do Regimento Interno do Tribunal
Plano anual de contratações
Plano de Obras
Plano de Obras - 2017/2020 (Resolução TRE-AC n. 1.714/2017)
II Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral do Acre
Implantação do Processo Judicial Eletrônico – em andamento
Sistema de Gestão de Riscos Estratégicos

METAS NACIONAIS 2016 ESTABELECIDAS PELO CNJ AO PODER JUDICIÁRIO NACIONAL

DESCRIÇÃO	ALVO	RESULTADO ALCANÇADO
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100%+1	100,10%
Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.	90%	106,57%
Meta 3-JE: Priorizar o julgamento das ações que importem não diplomação ou perda de mandato eletivo	100%	100%

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2016 (ANO BASE 2015)

Durante a realização da 10ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu o selo Justiça em Números para 73 Tribunais, nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. Entre eles, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre foi contemplado com o selo Bronze, em relação ao ano-base de 2015.

Para a concessão do referido selo, o CNJ considerou o encaminhamento adequado das informações por parte dos tribunais, como atenção aos prazos e à consistência dos dados, assim como o nível de informatização do órgão, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do referido Conselho alinhadas à

gestão da informação.

Importante destacar que, dentre os critérios que são avaliados, a maior dificuldade encontrada no âmbito da Justiça Eleitoral é a não utilização de processo judicial eletrônico, pois isso dificulta sobremaneira a geração de relatórios estatísticos de forma eficiente e com dados fidedignos.

Contudo, em breve, esse cenário tende a modificar em relação ao TRE-AC, pois em 2017, este Regional será um dos pilotos no projeto de Implementação do PJE. Inclusive, esse era um dos desafios estabelecidos no Plano de Gestão do desembargador Roberto Barros.

A seguir, alguns pontos que merecem destaque em relação ao resultado do Justiça em Números 2016 (ano-base 2015):

RELATÓRIO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

WORKSHOP SOBRE GESTÃO DE RISCOS

Com o intuito de implementar a gestão de riscos institucional, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no período de 15 a 17 de maio de 2017, realizou o workshop sobre gestão de riscos. O evento tinha como principais objetivos:

- Capacitar gestores, diretores, coordenadores e servidores da organização nas competências governança e gestão de riscos
- Assegurar o entendimento da gestão da estratégia e da governança de forma interligadas e dinâmicas, com ênfase no alcance dos resultados alcançados a partir da execução

dos processos definidos e priorizados e dos projetos de transformação e melhoria dos referidos processos

- Elaborar minutas de documentos com propostas para:
 - Política de gestão de riscos;
 - Plano de gestão de riscos estratégicos;
 - Processo de gestão de riscos alinhado à estratégia;

O passo seguinte é aprovar os referidos documentos e instituir o sistema de gestão de riscos no âmbito da Justiça Eleitoral do Acre.



4. ELEIÇÕES 2016

A execução do Programa Integrado das Eleições 2016 – PROINTE 2016, aprovado pela Resolução n. 1.703/2016, foi acompanhado pela alta gestão do Tribunal por meio do sistema PadLog (Padronização e Logística), de acordo com as ações que foram planejadas pelas unidades impactadas.

Além desse trabalho, foi desenvolvido o Plano de Contingência das Eleições, que estabelece o gerenciamento de riscos das atividades ligadas ao Pleito. O objetivo dessa ferramenta está na descrição de todas as medidas a serem

adotadas pelo Tribunal, na possibilidade de ocorrência de falha ou interrupção na execução das tarefas que compõem o Planejamento das Eleições, de modo que a normalidade seja restabelecida plenamente, ou para situação minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando-se uma paralisação prolongada que possa gerar maiores prejuízos ao cidadão. Importante salientar o envolvimento de todos os gerentes de projetos eleitorais na construção desse plano. Sem o esforço dispensado por cada um deles, o plano não teria sido instituído.

RELATÓRIO

CORREGEDORIA

1 - OUVIDORIA



A Ouvidoria Eleitoral, está vinculada, neste TRE, ao órgão correcional, conforme prevê a Res/TRE-AC n. 1.649/2011.

Os serviços prestados compreendem o atendimento ao cidadão, com saneamento de dúvidas, pedido de informações, pedidos de

providências, dentre outras manifestações, das quais se destacam as comunicações via telefone (linha gratuita 0800 649 9218), que, na quase totalidade, dizem respeito à situação cadastral e pedidos de auxílio na emissão de certidões de quitação e similares.

No período em referência, foram recebidos cerca de 2.500 demandas pela via telefônica, todos com solução imediata.

Também disponível um canal aberto, na internet, com formulário eletrônico para envio de demandas escritas, tais como pedidos de informações, providências, também sugestões, críticas e outras manifestações.

O processamento das mencionadas demandas inicia-se com o recebimento e registro das mensagens em sistema próprio, após o que são encaminhadas às áreas específicas para a informação, com retorno da informação à Ouvidoria, que exerce, ainda, o controle dos prazos previstos na norma, até o encaminhamento das respostas aos solicitantes.

Já pelo formulário eletrônico, foram recebidas as comunicações abaixo quantificadas, as quais receberam o devido tratamento, em tempo inferior ao previsto na norma – 10 dias, com destaque para os pedidos de informação, que tiveram prazo médio de 01 dia.

Informações	Críticas	Elogios	Pedidos de providências	Sugestões	Reclamações
144	0	2	7	1	3

1.1 Serviço Disque-Eleições

Outra forte ferramenta voltada ao esclarecimento ao eleitor também ficou a cargo da Ouvidoria. Trata-se do serviço Disque-Eleições, mais um instrumento de informação, voltado para o esclarecimento de dúvidas acerca do pleito municipal, notadamente, consultas sobre locais de votação e situação eleitoral.

O serviço foi estruturado em forma de central de atendimento, com 10 atendentes, que, em sistema de revezamento,

atuaram em período integral, das 08 às 18 horas, fazendo uso da linha telefônica da Ouvidoria, de número 0800 649 9218, que também atendeu o NAT – Núcleo de Atendimento Técnico, por distribuição de chamadas.

Foram mais de 2.200 (duas mil e duzentas ligações atendidas, recebidas no período de 29/09 a 02/10, envolvendo informações quanto a locais de votação, justificativa de ausência, situação cadastral, dentre outros.

RELATÓRIO

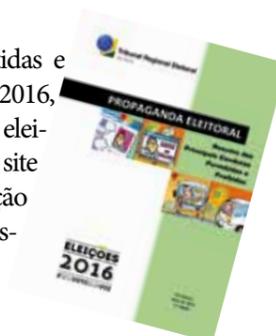
CORREGEDORIA

2 - ELEIÇÕES

2.1 - Cartilha – Material de informação ao eleitor

Com o intuito de dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários ao público geral sobre o exercício do voto, as Eleições Gerais de 2016 e legislação eleitoral básica, minimizando, no que fosse possível, a demanda do serviço Disque-Eleições, esta Corregedoria, com o apoio da Administração do TRE, editou o Resumo das

principais condutas permitidas e proibidas nas Eleições de 2016, que foi distribuído às zonas eleitorais, disponibilizado no site do TRE-AC, com a divulgação pela imprensa, visando o destinatário final, o eleitor.



2.2 - Voto dos presos provisórios

Este Tribunal adotou as medidas necessárias, com observância das diretrizes fixadas pela Res. TSE n. 23.461/2015, para a garantia do voto do preso provisório, levando-se em conta, para o funcionamento, o número míni-

mo de eleitores em cada seção e condições mínimas de segurança.

Este foi o quadro geral das seções eleitorais instaladas em presídios do Estado, com os respectivos resultados:

Zona	Município	Seção	Local	Data da instalação	Eleitores aptos	Votantes
3ª	Sena Madureira	133	1325 - UPEM - Unidade Penitenciária Doutor Evaristo de Moraes	25/03/2010	0	Não funcionou
		134	1490 - ISE - Instituto Sócio Educativo	16/03/2016	20	18
4ª	Cruzeiro do Sul		2178 - Unidade Prisional Manoel Nery da Silva	25/03/2002	0	Não funcionou
		381	2283 - CSE - Centro Socioeducativo - Juruá	17/03/2010	39	27
5ª	Tarauacá	1415	Penitenciária Moacir Prado	27/04/2010	0	Não* funcionou
9ª*	Rio Branco	170*	1651 - Presídio Dr. Francisco de Oliveira Conde	25/04/2002	46 (Presos 1.230)	Não funcionou
		303	1627 - CASEF - Antigo Centro Socioeducativo do Acre	12/04/2010	92	61
10ª		305	1619 - UIP - Unidade de Internação Provisória	12/04/2010	47	31
TOTAL					244	137

*SITUAÇÃO DE RISCO

2.3 Votação com biometria – critério de definição

Nas eleições de 2016, 06 municípios realizaram eleições exclusivamente com identificação biométrica; 06 com identificação híbrida (nessa ordem) e 10 com identificação manual (sem biometria). Utilizou-se como critério para a definição

por votação biométrica, os municípios que atingiram índice superior a 30% de eleitores cadastrados.

No quadro a seguir, a classificação, em ordem decrescente, com os quantitativos alcançados até a data do pleito:

RELATÓRIO

CORREGEDORIA

Zonas	Municípios	Eleitorado	Com Biometria	% município
1ª 9ª e 10ª Zonas	Rio Branco	241.196	240.336	99,64%
2ª Zona	Xapuri	10.906	10.903	99,97%
6ª Zona	Assis Brasil	5.505	5.487	99,67%
8ª Zona	Sen. Guiomard	16.206	16.186	99,87%
9ª Zona	Bujari	7.888	7.871	99,78%
10ª Zona	Porto Acre	11.331	11.308	99,79%
6ª Zona	Brasileia	17.613	7.191	40,83
8ª Zona	Capixaba	7.882	2.406	30,52%
8ª Zona	Acrelândia	9.506	3.358	35,32%
4ª Zona	Rodrigues Alves	11062	3341	30,20
7ª Zona	Feijó	19.739	6.601	33,44%
5ª Zona	Tarauacá	24.900	11.135	45,52%
3ª Zona	Sena Madureira	27.557	5.517	20,02%
	Santa Rosa do Purus	3.157	298	0,94%
	Manoel Urbano	6.711	799	11,90
4ª Zona	Cruzeiro do Sul	54.101	12.827	23,71%
	Mâncio Lima	11.981	1.768	14,75
	Marechal Thaumaturgo	9.458	957	10,12
	Porto Walter	5.884	1.490	25,32%
5ª	Jordão	4.724	51	1,07
6ª Zona	Epitaciolândia	11.559	2.120	18,34%
8ª Zona	Plácido de Castro	13.586	2.594	19,87
VOTANTES COM BIOMETRIA			310.821	58,37%

2.4 - Cadastramento biométrico

O processo de cadastramento biométrico dos eleitores acreanos recebeu significativo avanço no biênio, haja vista as revisões de eleitorado realizadas e já concluídas nos municípios de Porto Acre, Senador Guiomard e Xapuri, além das que estão em andamento – Cruzeiro do Sul e Acrelândia e, ainda, do atendimento ordinário com biometria, implantado em todos os municípios do Estado.

Até o final deste exercício, já serão 12 municípios acreanos com eleitorado 100% cadastrado, em vista da programação para o recadastramento nos municípios de Capixaba, Plácido de Castro, Brasiléia e Epitaciolândia.

Na atualidade, o TRE do Acre conta com mais de 390 mil eleitores cadastrados com biometria, importando em cerca de 75% do eleitorado total.

3 - PROJETOS IMPLEMENTADOS

3.1 - Portal de Estatísticas Processuais

No mês de junho de 2016, foi implantado neste Tribunal o Portal Transparência, sistema desenvolvido pelo TRE de Rondônia e gentilmente cedido a este Tribunal. Trata-se de uma ferramenta de gestão de dados estatísticos de processos judiciais eleitorais de 1º e 2º graus, dados estes, até então coletados de forma manual.

A partir de sua implantação, tornou-se possível o levantamento de dados estatísticos processuais; o acompanhamento das metas do CNJ de forma automatizada, assim como a consolidação dos dados informados mensalmente àquele Conselho, dentre outras demandas.

RELATÓRIO

CORREGEDORIA

3.2 - Sistema INFODIP – Direitos Políticos

Com o objetivo de melhorar a eficiência no recebimento e processamento das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, foi implantado no início de 2016, o Sistema INFODIP, desenvolvido pelo TR/PR, que possibilitou a automação das comunicações relativas a direitos políticos (condenações criminais, conscrição) e óbitos, advindas das Varas Judiciais da Justiça Comum, Federal e Serventias de Registros Cíveis das Pessoas Naturais.

Após a fase de cadastramento das unidades

4 - CORREIÇÃO ORDINÁRIA

A atividade correicional nas zonas eleitorais foi regularmente realizada, de forma remota e presencial. No exercício de 2016, extraordinariamente, as correições ordinárias foram delegadas pelo Corregedor aos juizes eleitorais, em consonância com o disposto na Resolução/TSE n. 21.372/2003 (art. 1º, § 1º). Isto ocorreu em face da preparação para as eleições municipais e a necessidade de minimizar os gastos com deslocamentos.

5 - PROJETOS PARA 2017

5.1 Revisões de Eleitorado

Dando seguimento ao projeto de expansão do cadastramento biométrico do eleitorado acreano,

Zonas Eleitoral	Municípios	Qtd. de eleitores aptos	Período	
			Início da revisão	Início da revisão
4ª	Cruzeiro do Sul	41.274	06/03/2017	05/09/2017
6ª	Brasileia	10.422	01/08/2017	31/10/2017
6ª	Epitaciolândia	9.439	01/08/2017	31/10/2017
8ª	Acrelândia	6.148	02/05/2017	30/06/2017
8ª	Capixaba	5.476	03/07/2017	31/08/2017
8ªt	Plácido de Castro	10.992	04/09/2017	31/10/2017

A Corregedoria é gestora do projeto e preside a comissão respectiva, instituída pela Portaria n. 130, de 18 de julho de 2016.

Dentre as atividades preparatórias foram realizadas reuniões com a comissão e as chefias de cartórios envolvidas, visando à coleta de informações acerca das principais necessidades

externas e das orientações pertinentes, passaram as referidas comunicações a serem enviadas via internet, por meio do aludido sistema, representando, hoje quase 100% das comunicações recebidas e tratadas no sistema ELO.

Uma das principais vantagens, além da celeridade na efetivação dos registros, o sistema INFODIP reduziu drasticamente o consumo de papel e os trabalhos com protocolização de expedientes.

Em efetiva utilização desde setembro de 2016, já tramitaram mais de 2.000 comunicações.

No ano corrente, já foram realizadas correições em 4 zonas eleitorais, a cargo do então Corregedor, Juiz Raimundo Nonato da Costa Maia.

A conclusão dos trabalhos sinalizaram a normalidade dos serviços, pontuando-se necessidades de ordem estrutural e física, as quais sintetizadas e convertidas em pedido de providências, que foi encaminhado à Administração do TRE/AC (SEI 6065-09.2016.06.24.8000), já devolvido com as informações pertinentes.

no, o TRE do Acre realizará revisões de eleitorado em 06 municípios, conforme quadro abaixo:

a figuraram na elaboração dos PGP's - Plano Geral do Projeto, atualmente já aprovados pela Diretoria Geral, e em fase de execução.

Espera-se após a conclusão dos procedimentos de revisão, avançar, significativamente no percentual de eleitores cadastrados, rumo à completude do eleitorado acreano.

RELATÓRIO

PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

As Eleições Municipais de 2016 deram ensejo a um aumento significativo na demanda jurisdiccional eleitoral.

Em todo o Estado, foram autuados 2.312 registros de candidatos aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, dos quais 2.185 foram deferidos e 127 foram indeferidos. A esses números, somaram-se 159 Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAPs). No total, 23 pedidos foram impugnados.

Tendo por objetivos a lisura do processo eleitoral, bem como a celeridade e a efetividade na prestação jurisdiccional, este TRE promoveu seminários e outras atividades de esclarecimento e difusão de informações nos Municípios, distribuiu a sua força de trabalho, permitindo que grande número de servidores da Secretaria auxiliassem as Zonas Eleitorais, e fomentou a adoção de métodos que agilizaram a protocolização dos pedidos de registro de candidaturas, evitando atrasos e tumultos, a exemplo da rotina de agendamentos prévios para a formalização de tais pedidos empreendida nos Fóruns Eleitorais.

Com isso, mais de 90% dos pedidos de registro de candidaturas foram apresentados antes do prazo final (em 15 de agosto de 2016).

Todos os processos e recursos relativos a registros de candidaturas foram julgados (e publicadas as respectivas decisões) pelas Zonas Eleitorais e pelo TRE-AC, antes das Eleições.

No dia do pleito, a situação dos candidatos, partidos e coligações estava definida (com trânsito em julgado) em 99,83% dos casos, restando somente 4 recursos pendentes de análise ou aguardando o trânsito em julgado no TSE (ou seja, apenas 0,17% do total) – um fato inédito, sobretudo considerando a redução dos prazos eleitorais levada a efeito por meio da Lei n. 13.165/2015.

Outro fator que contribuiu para uma maior celeridade no processo e julgamento dos feitos eleitorais foi a elaboração, no âmbito da Secretaria Judiciária, de modelos de atas, certidões, editais, mandados e decisões,

entre outros atos, os quais foram encaminhados às Zonas Eleitorais, ainda na fase de preparação para o período eleitoral. Fluxogramas relativos à tramitação dos processos eleitorais, formulários e checklists (listas de controle) de documentação também foram elaborados e disseminados entre os Juizes Eleitorais de todo o Estado.

Outro fato importante do último biênio foi a implementação do Portal de Estatísticas – instrumento fundamental para a extração automatizada de relatórios estatísticos relativos à prestação jurisdiccional eleitoral e, em especial, ao atendimento das demandas advindas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Embora o aludido portal ainda esteja convivendo com formas manuais (não automatizadas) de elaboração de relatórios estatísticos (até mesmo para que se possa aferir, nessa fase inicial de utilização, a sua confiabilidade), a implementação dessa ferramenta – criada no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e adaptada às necessidades locais – tem contribuído decisivamente para a redução do tempo dispendido na confecção dos aludidos relatórios, permitindo que os servidores possam dedicar-se mais às atividades relativas à tramitação e ao julgamento dos processos – o que é fundamental não só para o atingimento de metas e obtenção de resultados, mas também para a melhoria das condições de trabalho.

A taxa de congestionamento – indicador a partir do qual é possível constatar a capacidade de o Tribunal atender à demanda de processos judiciais – ficou em 44% em 2016. Sua elevação, em relação a exercícios anteriores, no entanto, deveu-se ao grande número de prestações de contas e respectivos recursos ajuizados já no final do exercício.

A celeridade processual, por sua vez, atingiu o patamar de 100%, o que demonstra a rápida tramitação processual dos feitos neste Tribunal, que, em regra, profere julgamentos em menos de um ano após o protocolo dos pedidos iniciais dos feitos.

As atribuições da Coordenadoria de Controle Interno e Seções vinculadas, quais sejam, Seção de Auditoria, Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidária e Seção de Acompanhamento, Orientação e Gestão, estão definidas no Regimento Interno da Secretaria do Tribunal, tendo a referida Coordenadoria e seções atuado observando suas atribuições, com destaque para os seguintes:

COCIN/SEAUD: A Seção de Auditoria, no biênio 2015/2017, atuou no planejamento e realização de auditorias constantes dos planos anuais de auditoria, aprovados pela presidência. Os achados de auditoria foram submetidos à administração para análise, acompanhados, muitas vezes, de sugestão para alterações de normativos objetivando melhor esclarecer ou facilitar determinados processos de trabalho.

Também atuou em auditoria coordenada pelo CNJ, devendo atuar, em 2017, nas auditorias integradas da justiça eleitoral.

COCIN/SECEP: A Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias, no biênio 2015/2017, atuou na análise das prestações de contas partidárias dos diretórios regionais das agremiações, prestando, ainda, apoio aos cartórios eleitorais quanto as Resoluções do TSE que disciplinam a questão e cuja competência é afeta às zonas eleitorais.

A COCIN, juntamente com a SECEP realizou, nos meses de abril de 2015 e de 2016, reuniões com os representantes de partidos políticos objetivando repassar orientações acerca das prestações de contas partidárias de exercício, disciplinadas pelo TSE. Afora isso, quase que diariamente há atendimento aos dirigentes partidários que procuram ou contactam a unidade para o esclarecimento de dúvidas a respeito das prestações de contas, bem como para orientações em como responder às diligências oriundas das análises técnicas das contas respectivas.

Objetivando maior esclarecimento às zonas eleitorais foram encaminhadas orientações quanto a prestação de contas partidária, bem como orientações para serem repassadas aos órgãos/dirigentes partidários municipais.

As manifestações da SECEP e da COCIN no Tribunal subsidiaram o Ministério Público Eleitoral e os Membros da Corte quanto ao julgamento das prestações de contas partidárias e eleitorais, estas ainda remanescentes da eleição de 2014, de competência deste Regional.

Quanto a atuação nas prestações de contas de campanha, eleição municipal de 2016, será abordado em item específico, adiante.

COCIN/SAOGE: A Seção de Acompanhamento e Orientação de Gestão atuou no acompanhamento das determinações oriundas do TCU a este Regional, bem como no acompanhamento dos resultados das auditorias realizadas, objetivando a efetiva implementação e observância do que decidido pela administração.

Também atuou a SAOGE, no biênio, nos acompanhamento de determinações oriundas de processos de sindicância, após decisão da autoridade competente. Realizou, ainda, o acompanhamento dos processos de tomadas de contas anuais do Regional a serem encaminhados ao TCU, assim como no sistema SISAC, daquele órgão de contas, no que diz respeito a admissão e aposentadoria de servidores. Ademais, a SAOGE atuou na análise e revisão dos Relatórios de Gestão do Tribunal.

Eleição 2016: Apesar de ser um pleito municipal, cujos processos de análise das contas cabe às zonas eleitorais, não poderia a COCIN se abster do apoio àquelas, mesmo porque cabe à SECEP o apoio aos cartórios quanto às contas eleitorais municipais. Dessa forma, foram realizados trabalhos afetos ao sistema Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE, de simulados no aludido sistema, conforme previsto pelo TSE, além do envio de orientações quase que diárias, tanto desta unidade quanto as advindas daquele Superior, relativas a prestação de contas.

Esta unidade, com o envolvimento de servidores de todas as unidades vinculadas, participou dos seminários eleitorais promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE), realiza dos nesta capital e municípios sedes de zonas, cujo objetivo foi levar ao conhecimento dos

interessados, partidos e candidatos, as regras do pleito municipal de 2016, principalmente registro de candidatura, prestação de contas e propaganda eleitoral. Afeto à COCIN, foi abordado nos eventos da EJE o tema prestação de contas eleitoral, em especial a Resolução TSE n. 23.463/15.

Quanto a capacitação de servidores das zonas eleitorais em relação a análise de prestações de contas eleitorais foi realizado, conforme planejado, evento voltado a referido assunto, abordando o sistema SPCE, diligências, análise de documentos, parecer conclusivo das contas, posterior envio ao Ministério Público Eleitoral e, em seguida, conclusão ao juiz eleitoral para sentença, ou seja, abordando a tramitação dos processos de contas até o julgamento.

Ainda continuando os trabalhos afe-

tos ao pleito, quanto a prestação de contas e conforme constava do planejamento das eleições deste TRE, a COCIN e a SECEP, contando com servidores não somente da unidade como de outros setores da secretaria do Regional, formou, a exemplo de outros anos em que ocorreram eleições municipais, equipe de apoio aos cartórios eleitorais para análise e emissão de parecer conclusivo das prestações de contas, conforme as normas em vigor e orientações emanadas do TSE, priorizando os candidatos eleitos que deveriam ser diplomados na data fixada pelo respectivo juiz eleitoral, em cumprimento ao calendário eleitoral. Com referida atuação de apoio foi possível às zonas eleitorais realizarem a diplomação dos candidatos eleitos nas datas aprazadas.



1. PALESTRAS DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA

O que é:

Palestras realizadas nas escolas públicas e particulares para alunos do ensino fundamental e médio, nas quais são abordados os seguintes assuntos: cidadania, meio ambiente, bullying, inclusão social, política, corrupção, honestidade e voto.

Metodologia e Recursos utilizados:

Áudio e vídeo, além de metodologias ativas (a fim de promover a integração e participação dos alunos), distribuição de exemplares da Constituição Federal e entrega de certificados.

Na ocasião também são feitas entrevistas com alguns alunos, a fim de perguntar-lhes o que aprenderam acerca do que foi dito e mostrado.

Referido material, devidamente catalogado, após selecionado, servirá para compor o acervo da Escola e a apresentação das ações realizadas pela EJE no Encontro da Justiça Eleitoral que ocorre no final do ano com a participação de todos os servidores desta Justiça.

Meta:

A meta para 2017 é atingir 2.500 pessoas com atividades de conscientização política e ações de cidadania.

2. REALIZAÇÃO DE PALESTRA SOBRE SISTEMAS ELEITORAIS - REFORMA POLÍTICA ELEITORAL – 2017.

Em contato com o Prof. Alexandre Basílio, está previsto para ocorrer no mês de julho a realização de palestra sobre as perspectivas de mudanças quanto aos Sistemas Eleitorais proporcionais. Sistema Distrital plurinominal, Distrital Misto, de Lista fechada ou pré-ordenada. Uma análise objetiva da proposta. Consequências matemáticas e possíveis consequências sociológicas.



3. CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA CREDENCIADO PELA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES – ENFAM.

Em julho está previsto a realização de mais um curso de formação continuada para magistrados e servidores, devidamente credenciado pela ENFAM.

O curso versará sobre Processo Penal Eleitoral, tema diagnosticado como necessário a partir do levantamento das necessidades de aprendizagem realizado em 2016.

Serão oferecidas 50 vagas, as quais serão

destinadas prioritariamente aos Juízes Eleitorais, servidores dos Cartórios e da Secretaria do Tribunal, além da destinação de vagas a parceiros dos Acordos de Cooperação.

Os cursos de formação continuada credenciados pela ENFAM, pela natureza constitucional do órgão regulador, são indispensáveis para promoção e remoção dos magistrados.

4. REALIZAÇÃO DE CADASTRAMENTO DE MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS NAS UNIVERSIDADES, CONCOMITANTEMENTE COM PALESTRAS DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA.

A ação visa cadastrar eleitores voluntários para atuar nas eleições na condição de mesário voluntário, bem como promover palestras que versem sobre os temas relacionados à conscientização política e cidadania.

Para o mês de agosto está prevista a realização de ação dessa natureza no Instituto Federal do Acre – IFAC, instituição subscritora de Acordo de Cooperação com este Tribunal.

Pretendemos levar a ação às demais signatária do Acordo de Cooperação.

A carência de mesários nas eleições é ques-

ção espinhosa e merecedora de ações que se destinem a minorar o quadro atualmente vivenciado.

Idealizamos formar um banco de mesários voluntários treinados e aptos a trabalhar já nas eleições do próximo ano.

Além do relevante serviço prestado à nação, a atividade de mesário voluntário para estudante universitário conferirá ainda, ao final dos serviços, certificado com carga horária de 30 horas, servindo para contabilizar as horas complementares exigidas pelo curso superior.



5. AÇÕES ARTÍSTICAS COM UTILIZAÇÃO DE TEATRO E/OU FANTOCHES VISANDO PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DOS ELEITORES E FUTUROS ELEITORES.

Em contato com a UFAC, e em razão do Acordo de Cooperação realizado, a EJE pretende desenvolver parceria na realização de peças teatrais e/ou fantoches, objetivando divulgar de forma lúdica, atrativa e eficiente aos mais diversos públicos, desde as crianças até os mais idosos, os conceitos relevantes sobre a conscientização política, importância do voto e cidadania.

O objetivo é levar este trabalho às escolas, universidades e demais encontros realizados por esta Justiça com a participação da sociedade, a fim de formar consciência cidadã e esclarecer questões sociais e morais fundamentais que interferem na escolha do voto e consequentemente na situação política que vivenciamos.

6. COMEMORAÇÃO DO 15º ANIVERSÁRIO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Este ano, dia 3 de outubro, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) comemora seu 15º aniversário, o que é motivo satisfação e congratulação com todos os que contribuíram para a disseminação da consciência cidadã e

política no Estado do Acre.

A programação, ainda em construção, prevê palestra sobre educação, direito eleitoral e evento artístico, além do resumo da trajetória desses 15 anos de existência.

1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O Tribunal aprovou o Programa de Promoção à Saúde. Por meio dele, o Tribunal iniciou o monitoramento de alguns indicadores relacionados à saúde coletiva dos servidores e magistrados do Tribunal.

Em 2015, 22% dos servidores realizaram exames periódicos preventivos de saúde. Já em 2016, o Tribunal conseguiu aumentar este índice para 46%. Não obstante haja muito a ser melhorado, inegável o salto que o Tribunal deu neste aspecto.

Além disso, o Tribunal, por meio de uma parceria com o TRE-SC, iniciou a promoção de orientação permanente para a realização de ginástica laboral nas unidades. Em anos anteriores, o Tribunal já havia incentivado a realização desta atividade por meio de consultoria especializada. Visando dar continuidade ao tema, o TRE-AC, por meio da

intranet do TRE-SC, consegue acessar vídeo-aulas que ensinam e motivam os servidores diariamente a realizar uma pausa para a descontração e cuidar da saúde.

Além disso, o Tribunal promoveu palestras preventivas, esclarecendo os servidores sobre temas como doença de chagas, saúde mental e trabalho, Zika vírus, dentre outras.

Neste ano de 2017, em parceria com o Curso de Nutrição da Universidade Federal do Acre, o Tribunal deu início ao Projeto Previna. O seu objetivo é trazer aos servidores conhecimento e conscientização sobre reeducação alimentar, fazendo um acompanhamento individual de cada participante pelo período aproximado de 3 meses, com a expectativa de aproximar os servidores dos padrões saudáveis de índice de massa corporal.



2 – CAPACITAÇÃO

Neste biênio, uma grande preocupação do Tribunal foi capilarizar e democratizar a capacitação de servidores e magistrados. O Tribunal estabeleceu meta ousada de capacitar 100% dos servidores efetivos do 1º grau. Em 2015, o índice foi de 94%. Já em 2016, a meta foi atingida.

É importante destacar que a capacitação não se restringiu somente aos servidores do quadro, mas também aos muitos servidores requisitados que prestam serviço nesta Justiça Especializada.

O Tribunal, em algumas oportunidades, trouxe servidores e magistrados do interior para capital e chegou a estes também por meio de EAD.

No que se refere à capacitação da Secretaria do Tribunal, as metas de 60% (2015) e 65% (2016) foram ultrapassadas, tendo o Tribunal capacitado mais de 80% dos servidores.

3 - ESTAGIÁRIOS

No biênio 201/2017 o Tribunal dobrou o número de vagas de estágio e passou a contratar estagiários de nível médio. Com a medida, foi possível levar o instituto do

4 - CONCURSO

O Tribunal realizou no ano de 2015 concurso para o provimento de cargos efetivos de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado Contabilidade e Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado Engenharia.

Assim, foi possível ao Tribunal manter uma política de constante provimento de cargos, o que, em última instância, beneficia diretamente a vida do jurisdicionado que procura o cartório eleitoral e aumenta a segurança e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos no pleito.

Em números absolutos, o Tribunal ofereceu, em 2014, 99 vagas em ações de capacitação. Em 2015, esse número saltou para 167 oportunidades. Já em 2016, o montante saltou para 232 vagas.

Além disso, é importante destacar o amadurecimento pelo qual está passando a construção dos planos de capacitação. Primeiramente, sua periodicidade passou a ser anual, o que permite uma melhor atualização e acompanhamento das necessidades do Tribunal. Além disso, é possível perceber uma maior participação das unidades superiores nas discussões de priorização dos eventos e a aplicação de uma matriz para objetivar o trabalho, o que permitiu maior celeridade de construção e uma caminhada mais assertiva.

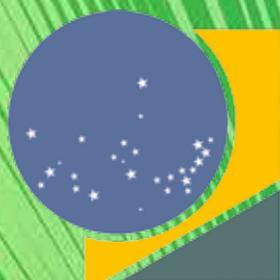
Por fim, o Tribunal deu início à revitalização do EAD neste Tribunal, realizando alguns cursos à distância em parceria com o CNJ.

estágio supervisionado a todos os cartórios eleitorais, o que antes era quase impossível, dada a ausência de curso superior em muitas localidades.

Foi possível também ao Tribunal reparar o déficit de Contadores que havia, ante a existência de cargos vagos e em face da remoção de servidores.

Por fim, foi possível o Tribunal prover o seu primeiro cargo de Engenheiro, justamente no momento em que a necessidade é muito alta, face aos grandes desafios que circundam a construção da nova sede.

Aliado a isso, o Tribunal diligenciou junto aos demais Tribunais e conseguiu realizar a redistribuição para o TRE-AC de 3 cargos vagos dos quais 2 já foram providos por intermédio do concurso.



TRE/AC